



RELATÓRIO ANUAL 2024









SUMÁRIO

Mensagem da Administração	08
Governança	10
Edital de Convocação	12
Perfil Institucional	14
Nossos Números	16
Retrospectiva Sicoob Coopmil	32
Iniciativas Sicoob Coopmil	37
Relatório da Administração	41
Demonstrações Contábeis	45
Notas Explicativas	50
Relatório da Auditoria Externa	88





A SICOOB COOPMIL



Sicoob Coopmil: Nossa História, Nosso Compromisso

Fundada em 18 de agosto de 1989, a **Sicoob Coopmil** nasceu com o objetivo de promover o cooperativismo financeiro à família policial militar de São Paulo. Criada por um grupo de policiais militares, a cooperativa começou de forma modesta, com apenas 20 cotistas, e hoje conta com mais de 28 mil associados. Ao longo dos anos, tem se dedicado a oferecer não só serviços financeiros, mas também uma rede de proteção social, incluindo assistência social, jurídica, psicológica, funeral, além de convênios e parcerias com diversos setores.

Guiada pelos princípios de ajuda mútua, a cooperativa possibilita que seus associados participem da gestão e usufruam dos resultados financeiros. Em 1994, com a liderança do Cap PM Hélio Lourenço Camilli, a Sicoob Coopmil se profissionalizou, expandiu, e, ao longo dos anos, vem ampliando a disponibilização de produtos financeiros, podendo, agora, atuar em todo o território nacional, o que o faz com mais segurança e rapidez, a partir da utilização de canais digitais.

O legado do Cap Camilli continua vivo, com a cooperativa sendo reconhecida por sua excelência. Em 2016, recebeu a certificação ISO 9001:2015 e, ao longo dos anos, obteve prêmios de excelência em gestão, incluindo o Prêmio SomosCoop, com destaque para a faixa ouro em 2021.

Hoje, a Sicoob Coopmil é uma cooperativa de livre admissão, permitindo que qualquer pessoa física ou jurídica possa se associar. Com base no cooperativismo, a cooperativa continua a expandir seus serviços, com foco no bem-estar financeiro e social de seus cooperados, sempre buscando um futuro mais próspero para todos.



O RELATÓRIO

O Relatório Anual da Sicoob Coopmil 2024 reflete nosso compromisso com a transparência e com a evolução constante de nossa cooperativa. Ele é uma ferramenta que sintetiza os principais acontecimentos do ano, as decisões estratégicas tomadas, os resultados alcançados e as perspectivas para o futuro. Por meio dele, buscamos não apenas informar, mas também reforçar os valores que guiam nossa atuação: o cooperativismo, a ética e a solidariedade.

Este espaço oferece uma visão geral das atividades da cooperativa, incluindo os aspectos financeiros, as conquistas institucionais e os avanços no atendimento aos nossos cooperados.

O objetivo deste documento é ser uma fonte clara e objetiva de informação para todos que fazem parte da Sicoob Coopmil, desde os cooperados até as demais partes interessadas. Ao longo do relatório, apresentamos os números, as histórias e iniciativas que marcam nosso trabalho. Queremos que cada leitor entenda o impacto positivo do cooperativismo na vida dos associados, bem como o compromisso de nossa cooperativa com a melhoria contínua de nossos serviços e processos.

Acreditamos que a transparência é fundamental para fortalecer a confiança de nossos cooperados, parceiros e stakeholders. Por isso, cada seção do relatório busca refletir nossa jornada de forma clara e acessível, destacando o que conquistamos juntos e os desafios que seguimos enfrentando com determinação e união.

Em resumo, O Relatório é um retrato do nosso ano, dos nossos esforços e dos resultados que, com o apoio de todos, conseguimos alcançar. Ele é, antes de tudo, uma celebração do cooperativismo e do papel fundamental que a Sicoob Coopmil desempenha no desenvolvimento da sociedade e no bem-estar financeiro de seus cooperados.



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO



Cel PM Hudson Tabajara Camilli
Diretor-Presidente

Ao olharmos para os resultados alcançados neste ciclo, temos muitos motivos para celebrar. A Sicoob Coopmil seguiu firme em sua trajetória de crescimento sustentável, com uma atuação cada vez mais abrangente e conectada às necessidades dos nossos cooperados. Avancamos em diversas frentes, com uma gestão focada na solidez, e, principalmente, no relacionamento próximo e comprometido com cada um que faz parte da nossa comunidade cooperativista.

A consolidação de uma estratégia voltada à diversificação do público-alvo foi um dos marcos do ano. Essa mudança, além de ampliar nosso campo de atuação, permitiu reduzir riscos e potencializar os resultados, mantendo a segurança como prioridade e fortalecendo a base do nosso crescimento.

Hoje, mesmo com um campo de atuação formalmente irrestrito, a cooperativa se mostra mais presente, mais plural e mais preparada para os desafios de um ambiente em constante transformação.

Mesmo nos pontos em que os resultados ainda estão em desenvolvimento, os indicadores sinalizam tendências claras de melhoria. Isso demonstra que estamos no caminho certo — com foco, responsabilidade e visão estratégica. Cada passo é dado com atenção aos detalhes e respeito à nossa essência cooperativa, sempre buscando entregar valor real aos nossos cooperados.

Seguiremos firmes em nosso compromisso de evoluir com consistência, investindo em pessoas, processos e tecnologia, para que a Sicoob Coopmil siga sendo sinônimo de confiança, resultado e pertencimento.



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO



Cel PM Edson de Oliveira Silva

Presidente do Conselho de Administração

A força de uma cooperativa está em sua capacidade de se reinventar sem perder sua essência. Ao longo dos últimos anos, a Sicoob Coopmil tem trilhado um caminho de fortalecimento institucional e governança cada vez mais alinhada aos desafios do presente e às oportunidades do futuro. Em 2024, esse processo ganhou novo impulso com a reestruturação da governança, promovendo maior agilidade, clareza nas tomadas de decisão e adaptação às demandas do nosso cenário atual.

O Conselho de Administração (CONAD) seguiu atuando com firmeza e responsabilidade na condução estratégica da cooperativa, assegurando que as diretrizes traçadas sejam coerentes com os princípios do cooperativismo, mas também compatíveis com um mercado financeiro competitivo e dinâmico. Essa sintonia entre gestão (Diretoria Executiva) e o principal órgão de governança (CONAD) tem sido fundamental para garantir a sustentabilidade do nosso modelo e a entrega de resultados sólidos.

É gratificante observar que as ações empreendidas pela Diretoria Executiva vêm gerando impactos positivos concretos. A diversificação do nosso público, por exemplo, ampliou horizontes, distribuiu melhor os riscos e impulsionou nossos indicadores de desempenho. Essa evolução reflete o amadurecimento de toda a estrutura e de uma base cooperativista que acredita na força da união.

Nossa missão segue inabalável: ser referência em cooperativismo financeiro, promovendo soluções que façam sentido na vida dos nossos cooperados e que fortaleçam a comunidade como um todo. Reafirmo, em nome de todo o Conselho de Administração, o nosso compromisso com uma governança ética, eficiente e transparente, que continue guiando a Sicoob Coopmil rumo a um futuro de prosperidade e relevância.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Cel PM Edson
de Oliveira Silva**
Presidente CONAD



**Cel PM Erik
Hoelz Colla**
Vice-Presidente CONAD



**Ten Cel PM
Alexandre Luiz Alves**
Conselheiro



**Cel PM Marcos Roberto
Chaves da Silva**
Conselheiro



**Cel PM Carla
Danielle Basson**
Conselheiro



**Ten Cel PM Hallison
Luiz Pontes**
Conselheiro



**Cel PM
Frank Itinoce**
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA



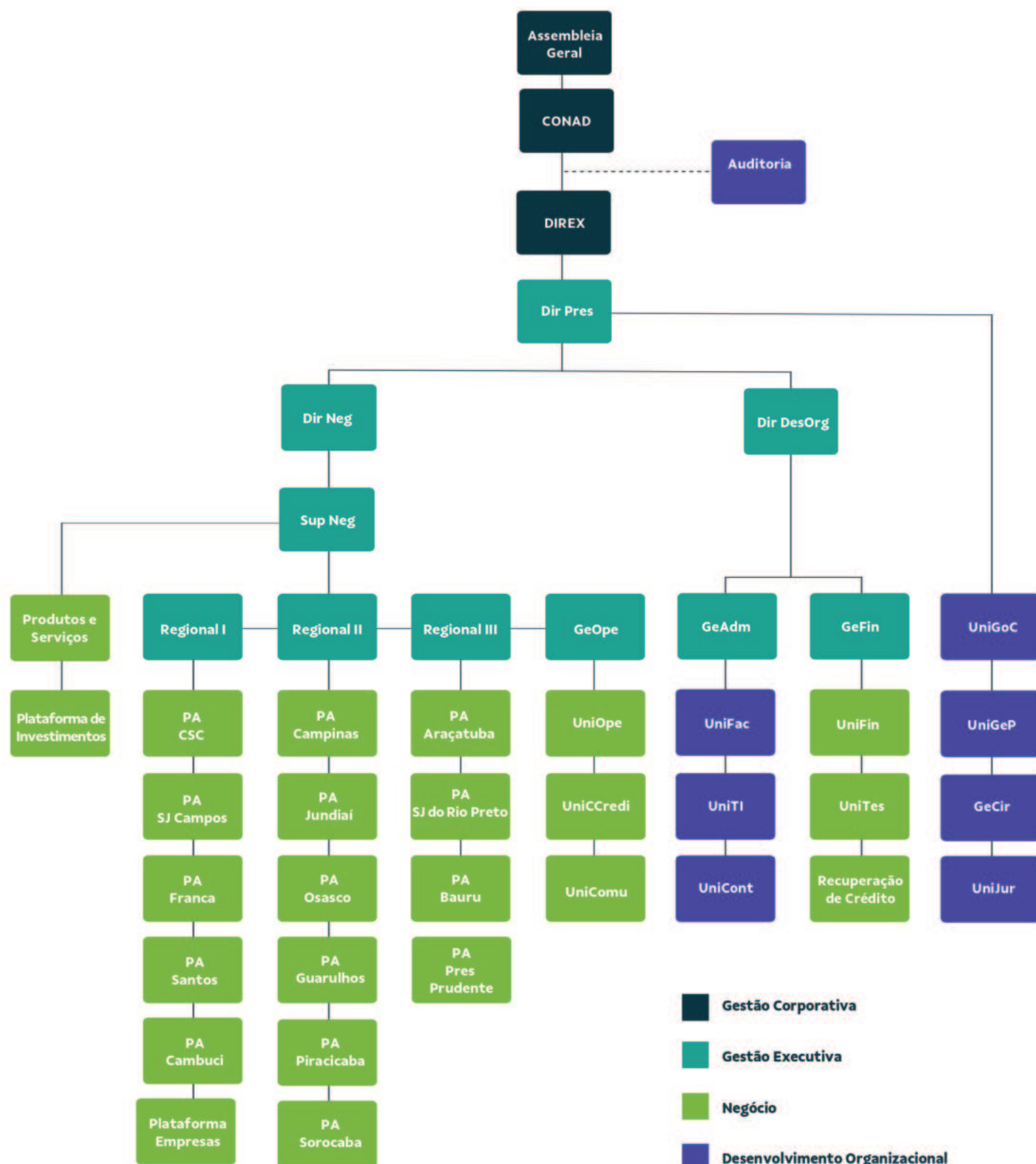
**Cel PM Hudson
Tabajara Camilli**
Diretor-Presidente



**Cel PM Ernesto de
Jesus Herrera**
Diretor de Desenvolvimento
Organizacional e Negócios



ORGANOGRAMA





EDITAL DE CONVOCAÇÃO



COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB COOPMIL

CNPJ: 62.673.470/0001-73

NIRE: 35.400.018-470

CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do Conselho de Administração da **Cooperativa de Crédito Sicoob COOPMIL**, inscrita no CNPJ nº 62.673.470/0001-73, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas no artigo 42 no Estatuto Social, convoca os Delegados, em condições de votar, que nesta data são em número de 28 (vinte e oito), para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se na **modalidade presencial**, no dia 24/04/2025, no auditório da Escola de Educação Física da Polícia Militar, localizada na avenida Cruzeiro do Sul, 548, Canindé, CEP 03033-020, São Paulo – SP, obedecendo aos seguintes horários e *quórum* para sua instalação, cumprindo o que determina o Estatuto Social: 1) em primeira convocação: às 12:00 horas, com a presença de 2/3 (dois terços) dos seus delegados; 2) em segunda convocação: às 13:00 horas, com a presença de metade mais um dos delegados; 3) em terceira e última convocação: às 14:00 horas, com a presença de no mínimo 10 (dez) delegados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

ORDINÁRIA:

1. Prestação de contas dos órgãos de administração, do exercício de 2024, compreendendo:
 - a. relatório de gestão;
 - b. balanço do exercício
 - c. relatório da auditoria externa;
 - d. demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da Cooperativa;

ES

www.coopmil.coop.br
Rua Venceslau Brás, 175
Centro - CEP: 01016-000 - SP
Tel. +55 11 3292-1000



EDITAL DE CONVOCAÇÃO




EXTRAORDINÁRIA:

1. Aprovar a Política Institucional de Remuneração dos Administradores do Sicoob, atualizada em 22 de janeiro de 2025 (RES 328/2025 CCS);
2. Aprovar a Política Interna de Remuneração dos Órgãos de Governança da Sicoob COOPMIL;
3. Comunicados de assuntos Gerais (sem deliberação).

Notas:

1. Os documentos referentes à Ordem do Dia acima descritos serão enviados via e-mail, bem como disponibilizados para visualização e download por meio do link a seguir: <https://www.sicoob.com.br/web/sicoobcoopmil/central-de-informacoes>.

São Paulo, 11 de abril de 2025.


Cel PM Edson de Oliveira Silva
Presidente do Conselho de Administração

www.coopmil.coop.br
Rua Venceslau Brás, 175
Centro - CEP: 01016-000 - SP
Tel. +55 11 3292-1000



PERFIL INSTITUCIONAL

NOSSA HISTÓRIA

Fundado em 18 de agosto de 1989 por um grupo de policiais militares, a Sicoob COOPMIL nasceu com o propósito de promover o cooperativismo financeiro entre os membros da família policial militar no Estado de São Paulo. Inicialmente composto por 20 cotistas que investiram recursos próprios, a cooperativa cresceu significativamente ao longo dos anos, consolidando-se como uma das maiores cooperativas de crédito do país. Atualmente, atende mais de 28 mil associados, incluindo policiais militares e civis, servidores públicos, pensionistas e aposentados, empresários e demais segmentos da sociedade civil.

PROPÓSITO



Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.

MISSÃO



Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio da cooperação.

VISÃO



Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidades.

VALORES



- Respeito e Valorização das Pessoas
- Cooperativismo e Sustentabilidade
- Ética e Integridade
- Excelência e Eficiência
- Liderança Inspiradora
- Inovação e Simplicidade

PRODUTOS E SERVIÇOS

A Sicoob COOPMIL oferece uma ampla gama de produtos e serviços financeiros, incluindo:

- **Crédito Pessoal e Consignado**
- **Capital de Giro**
- **Crédito Rural**
- **Financiamentos para Máquinas e Equipamentos, Energia limpa, Imóveis e Veículos**
- **Cartões de Crédito**
- **Investimentos (RDC , Poupança, Previdência Privada, Fundos de Investimentos entre outros)**
- **Seguros e consórcios**

Além disso, a cooperativa proporciona apoio em diversas áreas da vida dos cooperados, como saúde, educação e lazer, com descontos e benefícios exclusivos por meio de parcerias com estabelecimentos e serviços em todo o estado providos pela Fundação Coopmil.

- **Assistências a Saúde, Vida, Funeral, Jurídica e Psicológica**
- **Convênios e Parcerias para serviços de saúde, educação e lazer.**

FUNDAÇÃO COOPMIL

Em setembro de 2016, foi instituída a Fundação COOPMIL - Hélio Lourenço Camilli, com o objetivo de ampliar o atendimento às demandas sociais do Sicoob Coopmil. A fundação atua nas áreas assistenciais jurídica, social, psicológica e funeral, além de oferecer benefícios educacionais, culturais, de lazer e saúde por meio de parcerias conveniadas.

RECONHECIMENTOS

Em abril de 2016, a Sicoob COOPMIL recebeu a certificação ISO 9001:2015, sendo uma das poucas instituições do segmento financeiro no Brasil a atender essa norma técnica de garantia da qualidade.

A cooperativa também foi reconhecida pelo Prêmio SomosCoop de Excelência em Gestão, promovido pelo SESCOOP. Em 2017, foi reconhecida no nível "Compromisso com a Excelência" na faixa bronze; em 2019, na faixa prata; e em 2021, obteve o reconhecimento no nível "Rumo à Excelência" na faixa ouro.

POSTOS DE ATENDIMENTO

A Sicoob Coopmil está presente em diversas cidades do Estado de São Paulo, com postos de atendimento e agências em locais estratégicos, garantindo a proximidade e o atendimento personalizado para seus cooperados. As cidades em que estamos presentes:

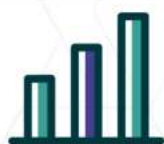
- Araçatuba
- Bauru
- Campinas
- Franca
- Guarulhos
- Jundiaí
- Osasco
- Piracicaba
- Presidente Prudente
- Santos
- São Jose do Rio Preto
- São Jose dos Campos
- São Paulo
- Sorocaba





NOSSOS RESULTADOS



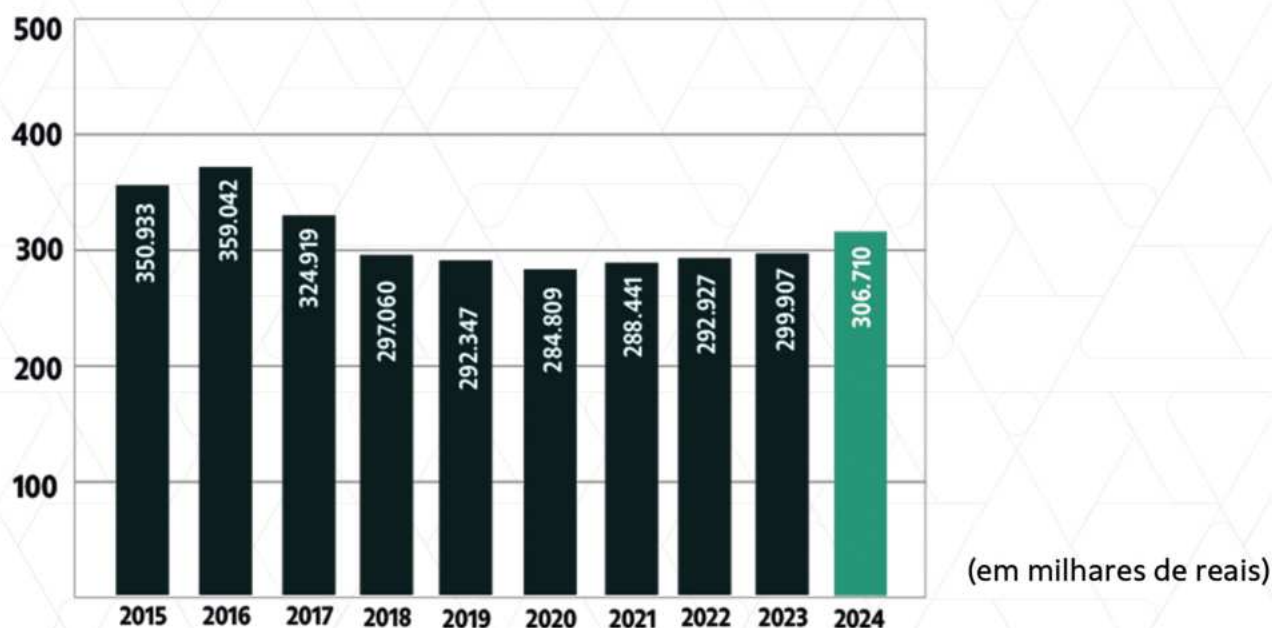


NOSSOS NÚMEROS



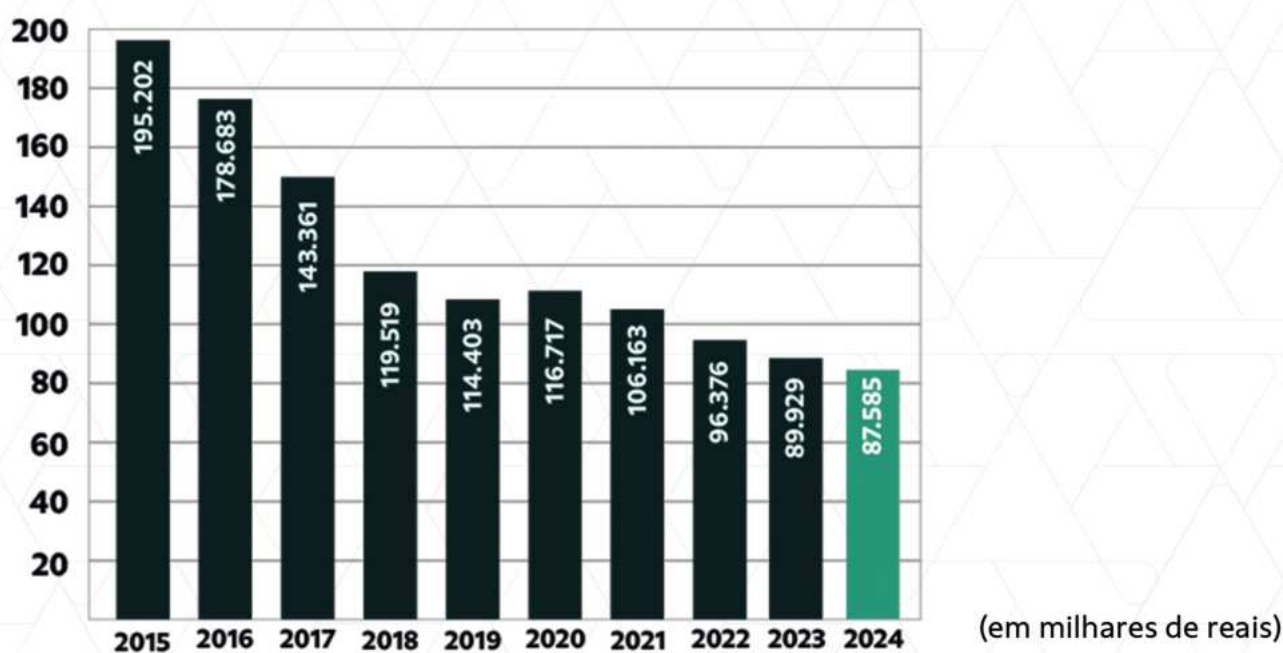
ATIVO

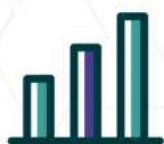
O Ativo representa todos os bens e direitos que a cooperativa possui ou tem a receber, ou seja, tudo aquilo que pode gerar benefícios econômicos futuros.



CAPITAL SOCIAL

Evidencia a composição do Capital pelas integralizações efetuadas pelos cooperados, formando também, o Patrimônio Líquido.



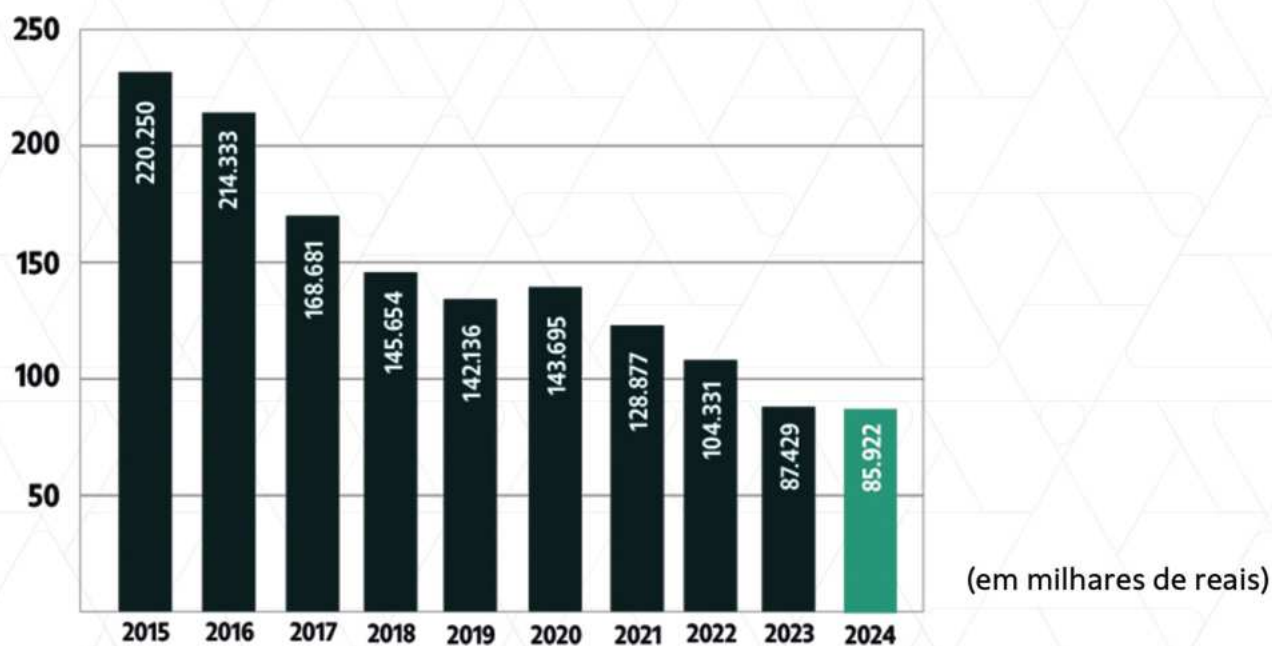


NOSSOS NÚMEROS



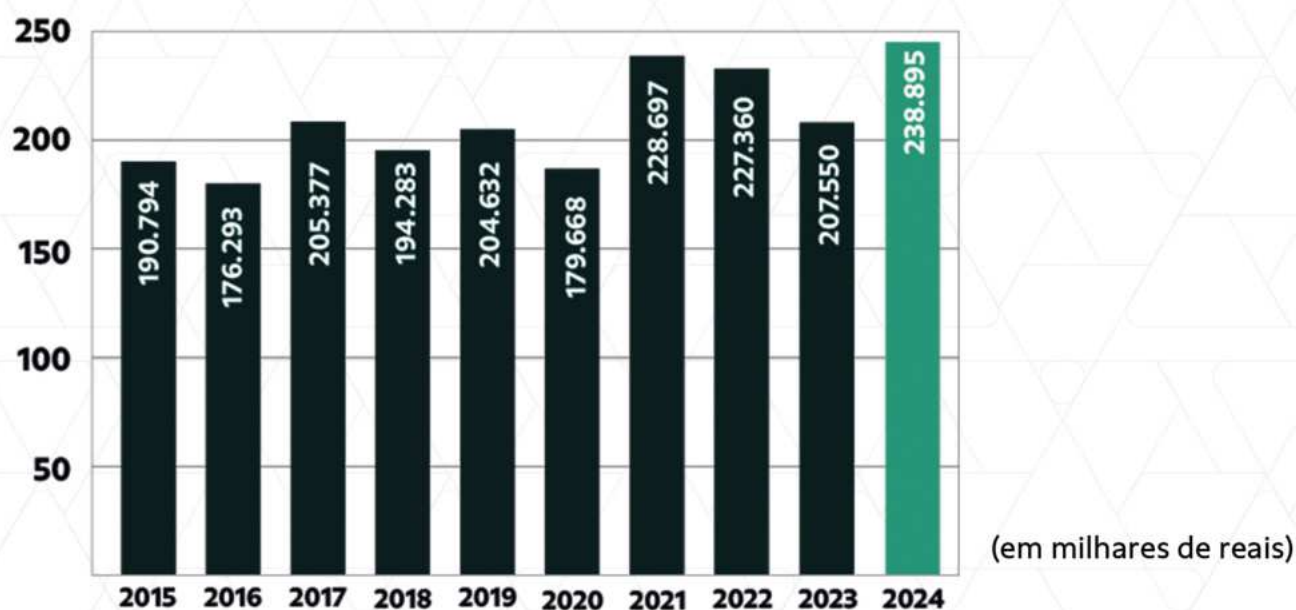
PATRIMÔNIO LÍQUIDO

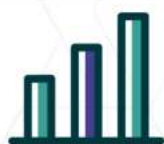
Representa o Capital Social e suas reservas (reserva legal, reserva de expansão e sobras ou perdas acumuladas).



OPERAÇÃO CRÉDITO

Refere-se ao total da Carteira de Empréstimos liberados pela cooperativa.



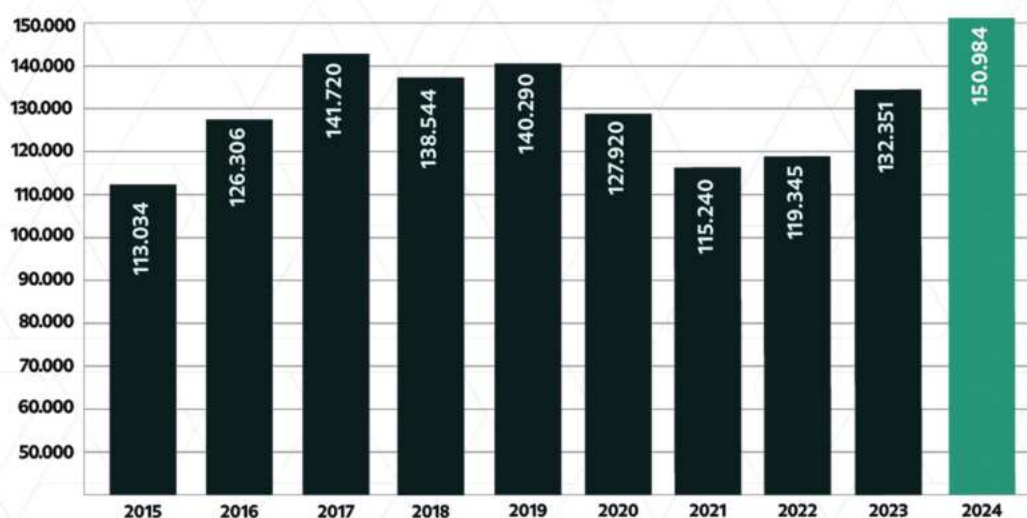


NOSSOS NÚMEROS



DEPÓSITOS TOTAIS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

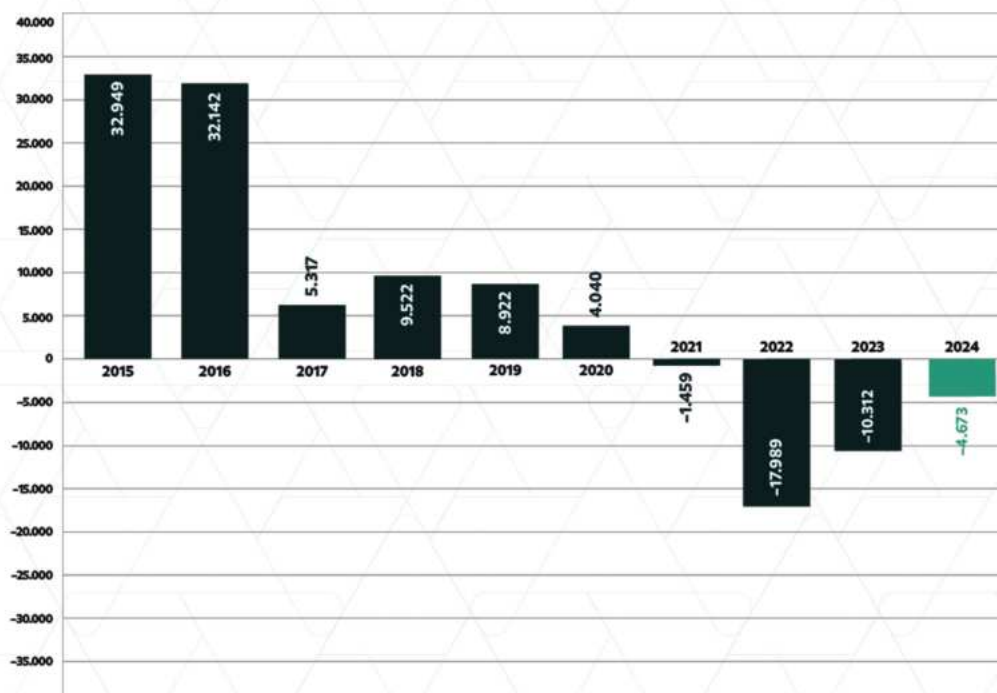
Demonstram quanto dinheiro os associados deixaram sob custódia da cooperativa em conta corrente e aplicações financeiras.



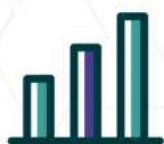
(em milhares de reais)

RESULTADO OPERACIONAL

O Resultado Operacional mostra se a cooperativa teve lucro ou prejuízo nas suas atividades principais, ou seja, no seu negócio principal, antes do resultado financeiro e dos impostos.



(em milhares de reais)

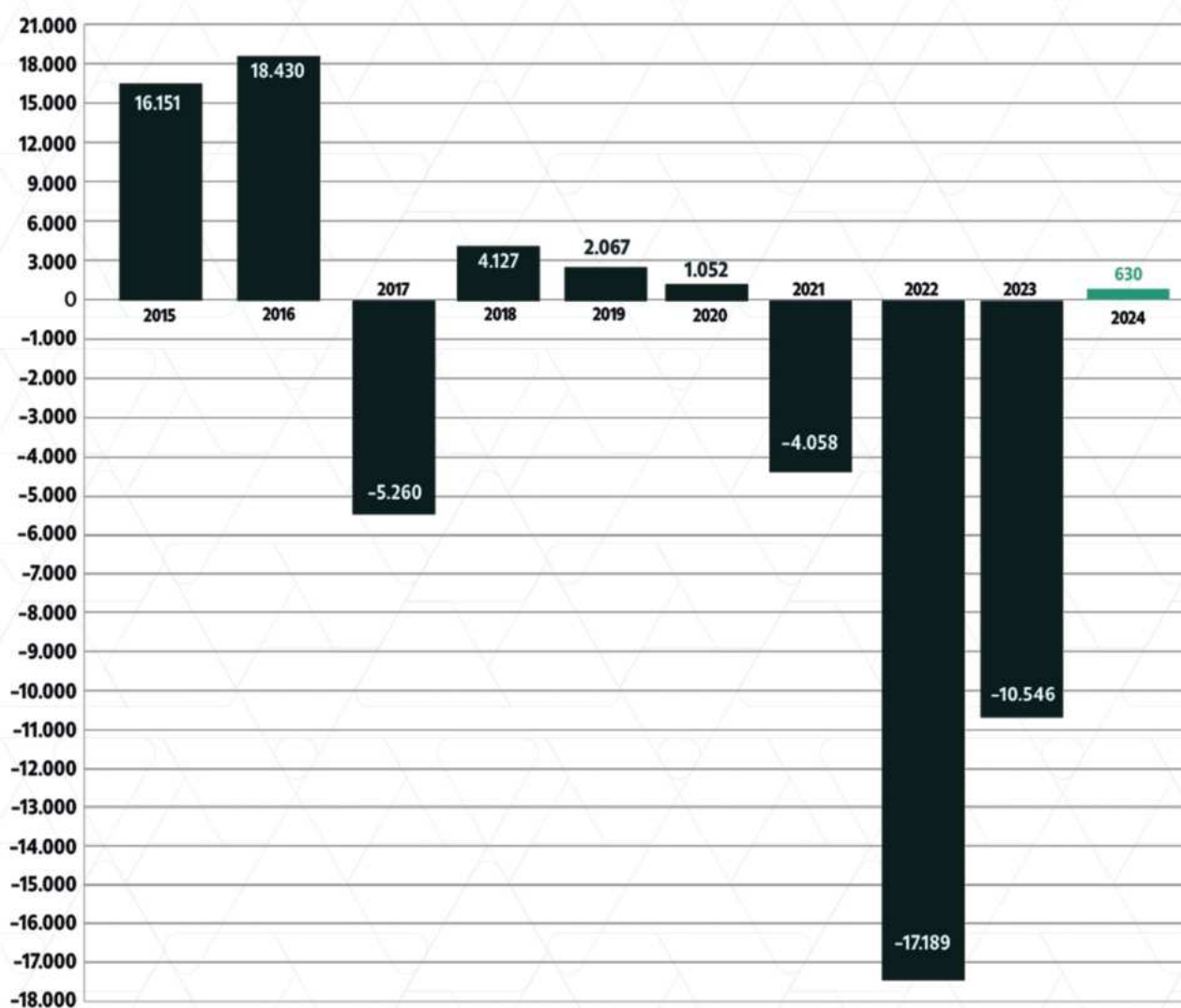


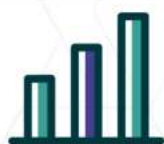
NOSSOS NÚMEROS



SOBRAS LÍQUIDAS

Refere-se ao resultado da diferença entre as receitas e as despesas.



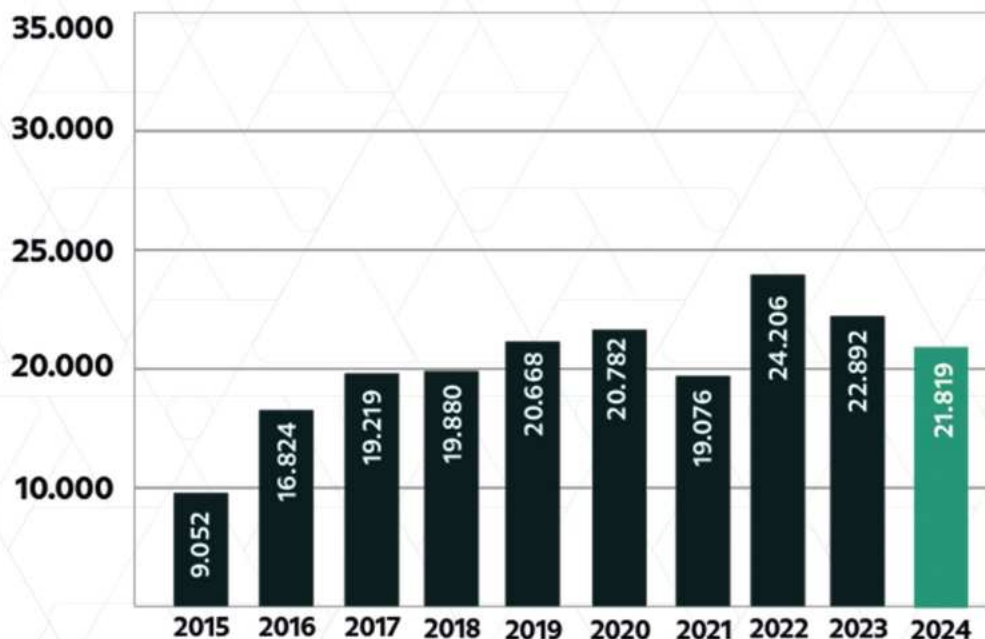


NOSSOS NÚMEROS



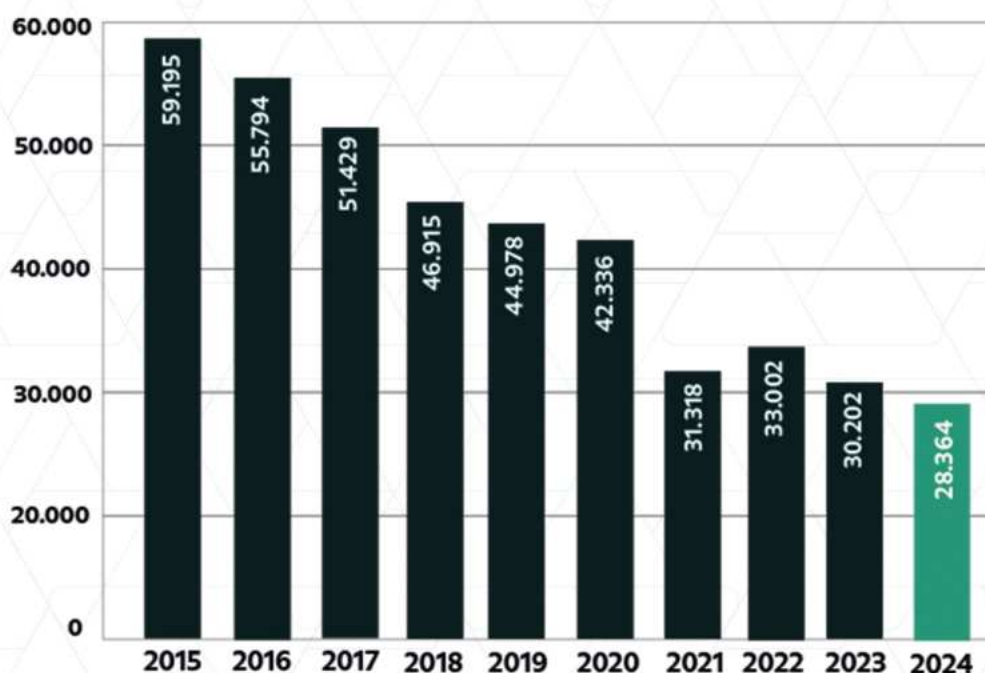
TOTAL CONTAS CORRENTES

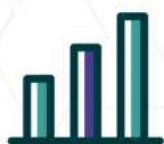
Nº total de contas correntes mostra quantas contas correntes estão abertas na cooperativa. Ele demonstra a abrangência da operação e o nível de relacionamento com os associados.



NÚMERO DE COOPERADOS

O Nº de cooperados representa quantas pessoas físicas ou jurídicas fazem parte da cooperativa. Em outras palavras, mostra o tamanho da base de associados, que são os donos da cooperativa.





NOSSOS NÚMEROS



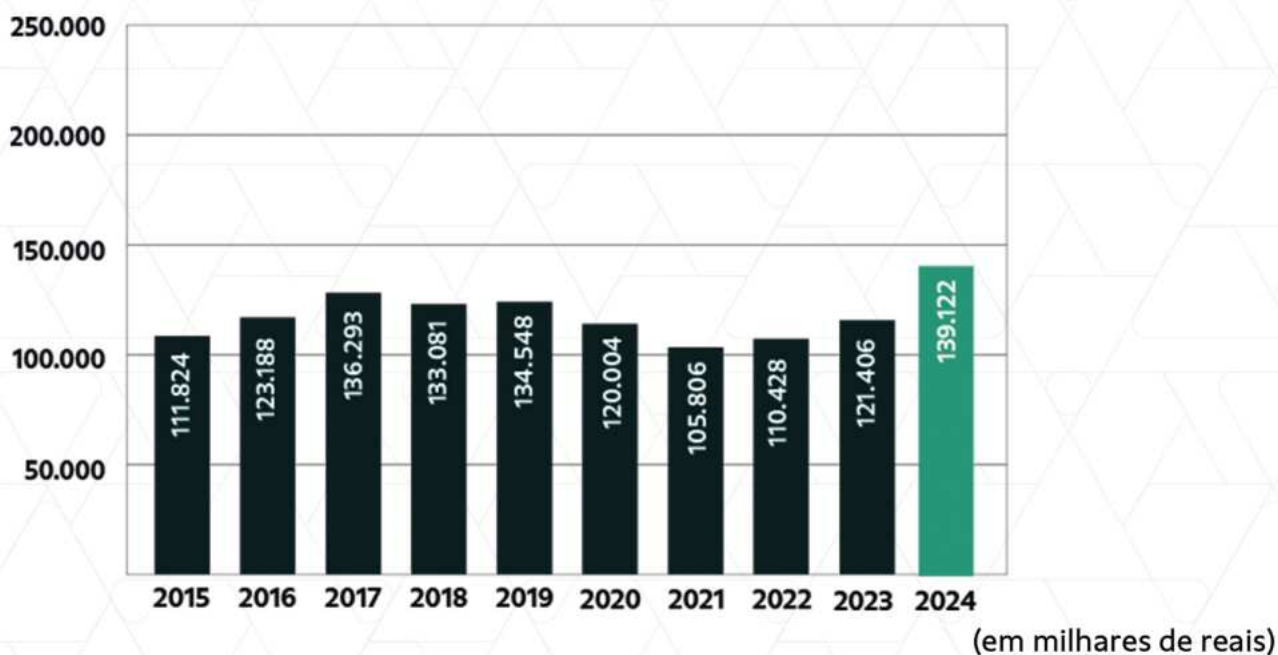
SALDO CONSÓRCIO

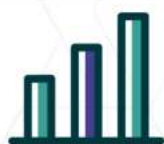
O saldo em consórcio representa o valor que mais associados da cooperativa possuem aplicado em cotas de consórcio ainda não contempladas



RECURSOS PASSÍVEIS DE REMUNERAÇÃO

Representa o valor que os cooperados têm aplicado na cooperativa com expectativa de rendimento



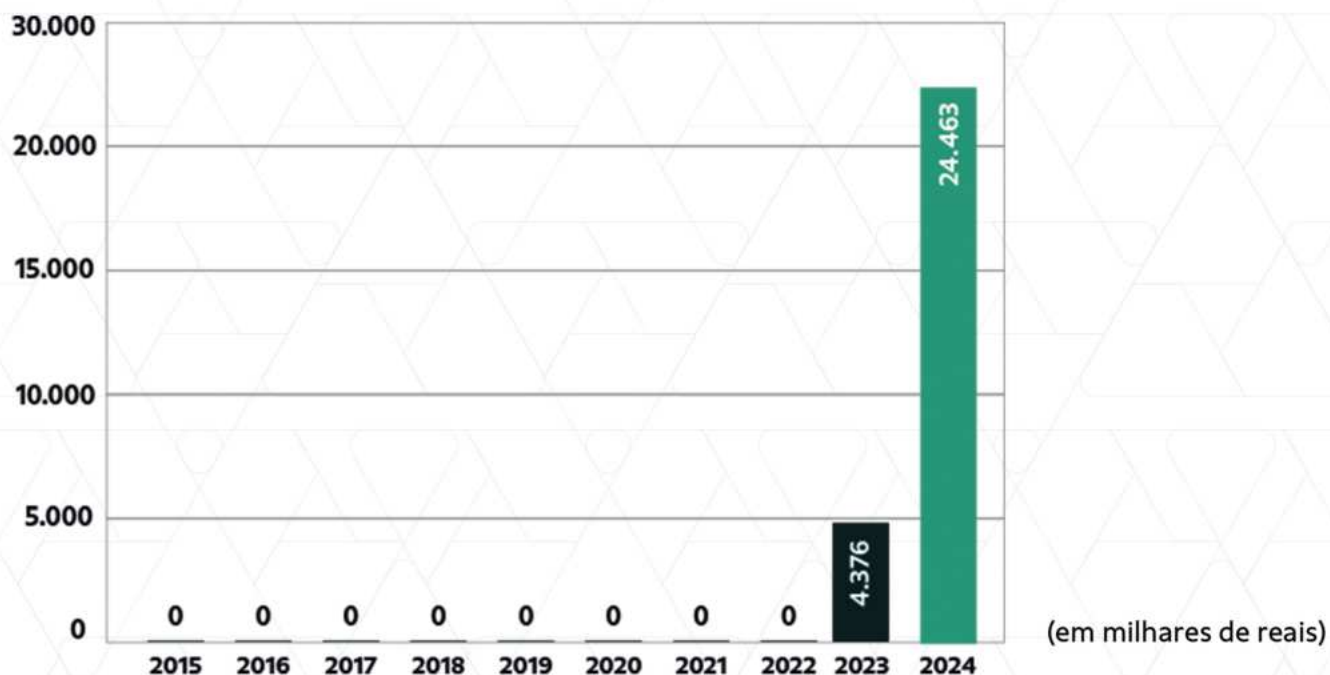


NOSSOS NÚMEROS



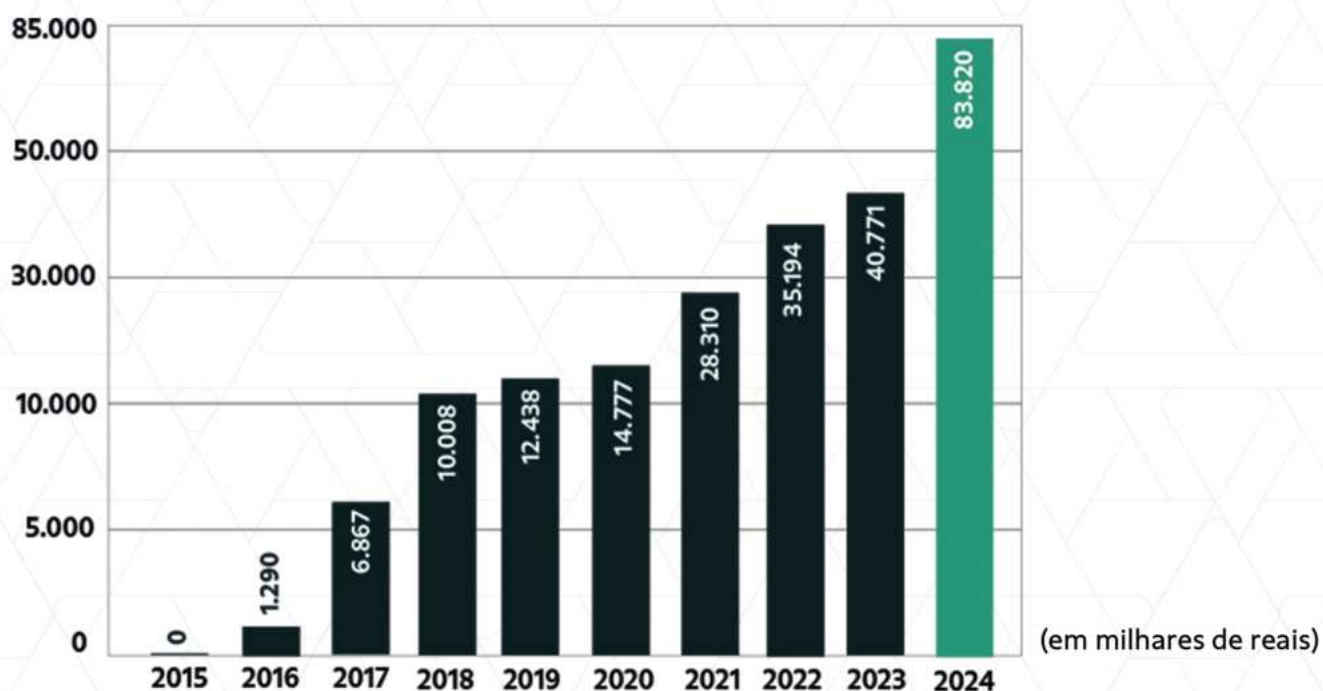
FATURAMENTO SIPAG

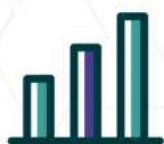
Representa o valor total das vendas realizadas pelos associados nas maquininhas Sipag



FATURAMENTO COBRANÇA

Representa o valor movimentado por meio de boletos bancários registrados e cobrados pela cooperativa em nome de seus cooperados.



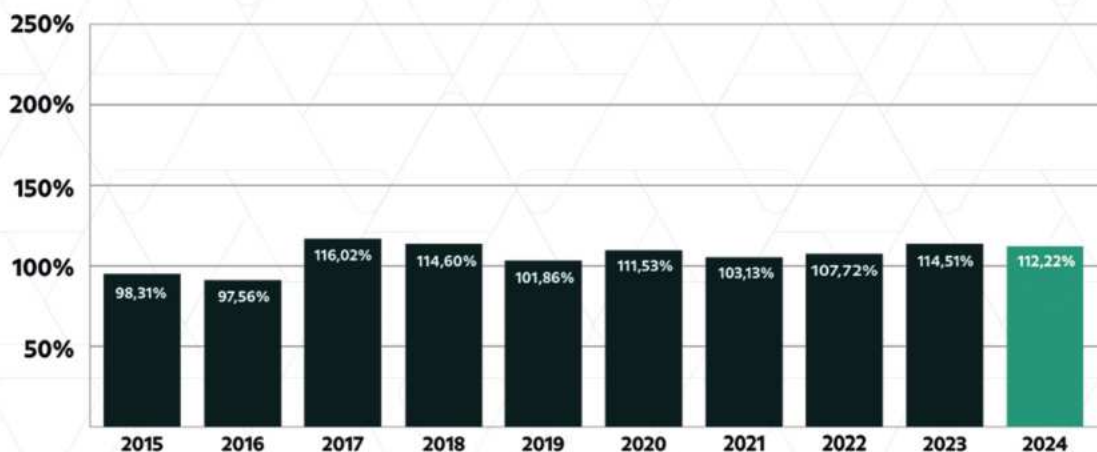


NOSSOS NÚMEROS



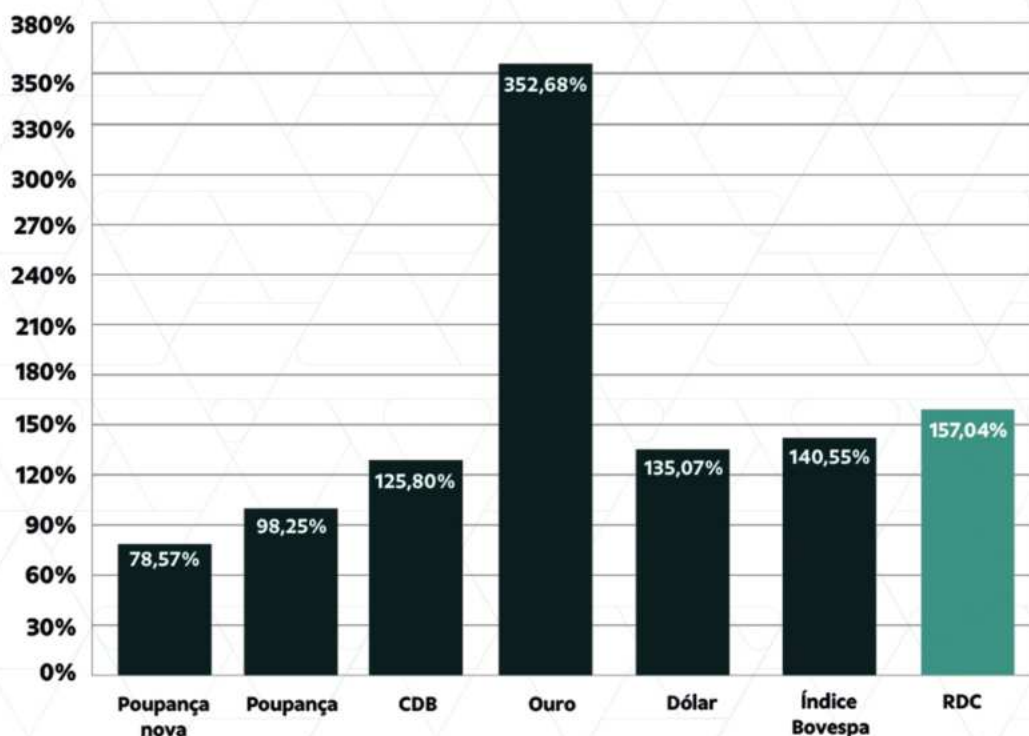
RENTABILIDADE MÉDIA CONTRATADA NAS APLICAÇÕES

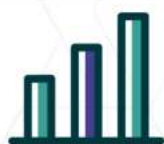
Trata-se da rentabilidade média das aplicações em RDC e LCA em relação ao CDI. Dados 2015 a 2024



ACUMULADO 2015 A 2024

Demonstra o desempenho da remuneração da aplicação em RDC, em face de outros produtos financeiros ofertados pelo mercado num período acumulado de 10 anos.



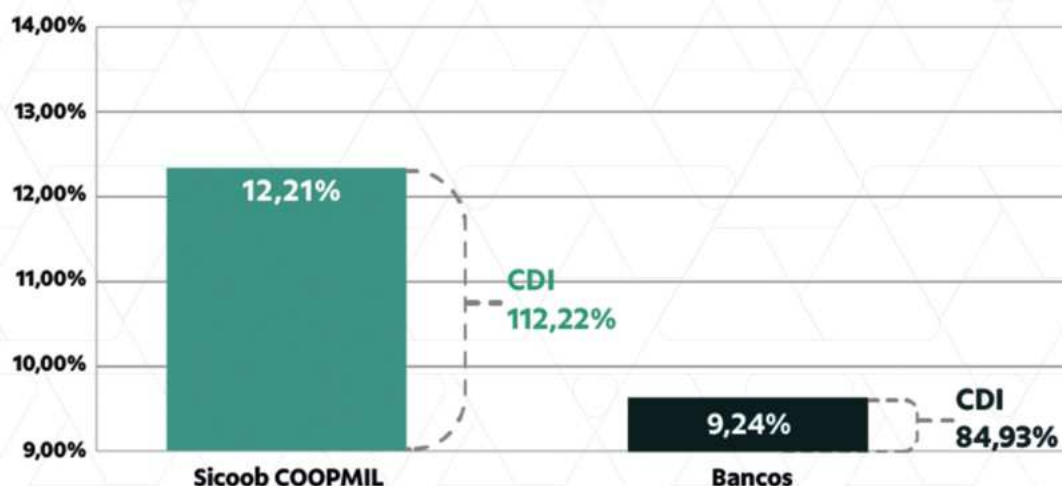


NOSSOS NÚMEROS



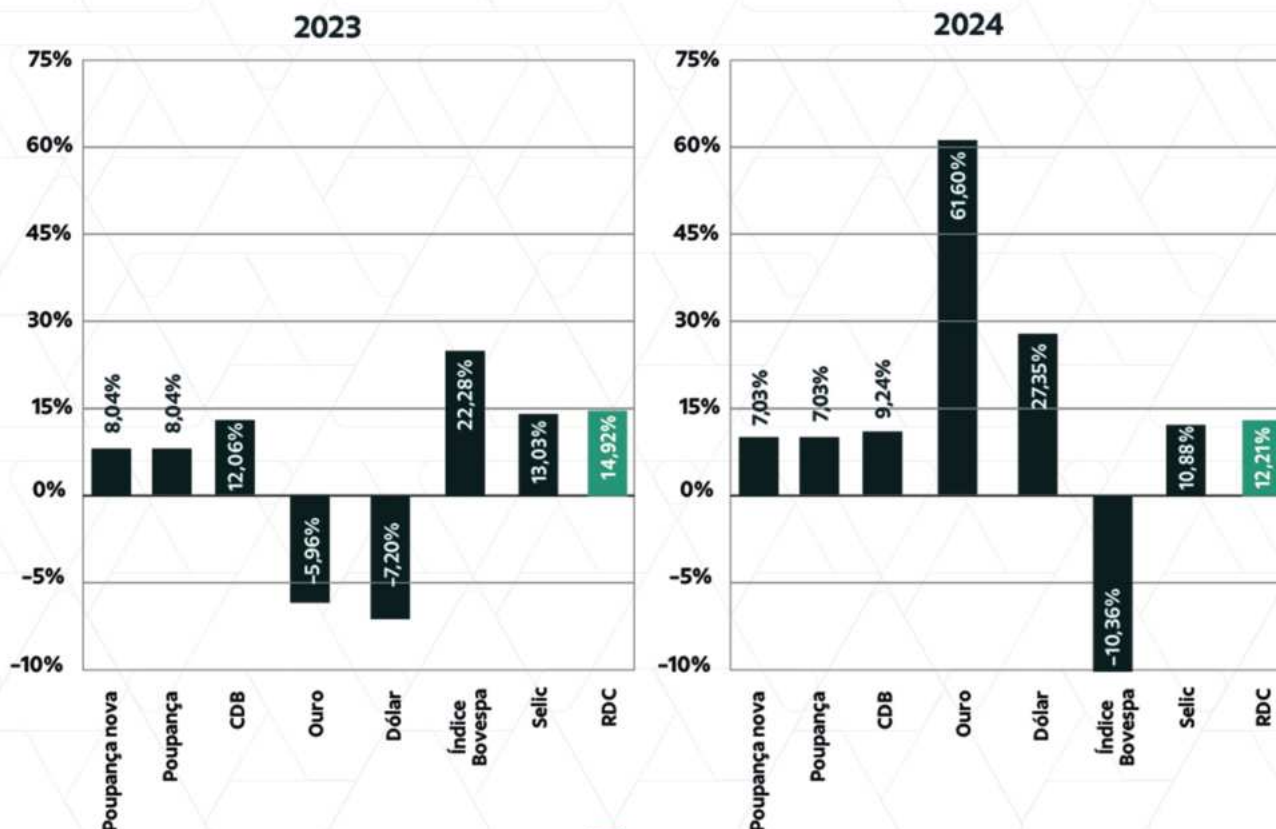
REMUNERAÇÃO MERCADO X REMUNERAÇÃO SICOOB COOPMIL

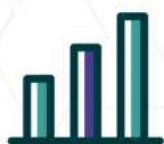
Demonstra o comparativo das remunerações das aplicações da Sicoob Coopmil com o CDB ofertado pelo mercado



TAXA DE REMUNERAÇÃO

Demonstra o desempenho da remuneração das aplicações da Sicoob Coopmil em face de outros produtos financeiros ofertados pelo mercado.



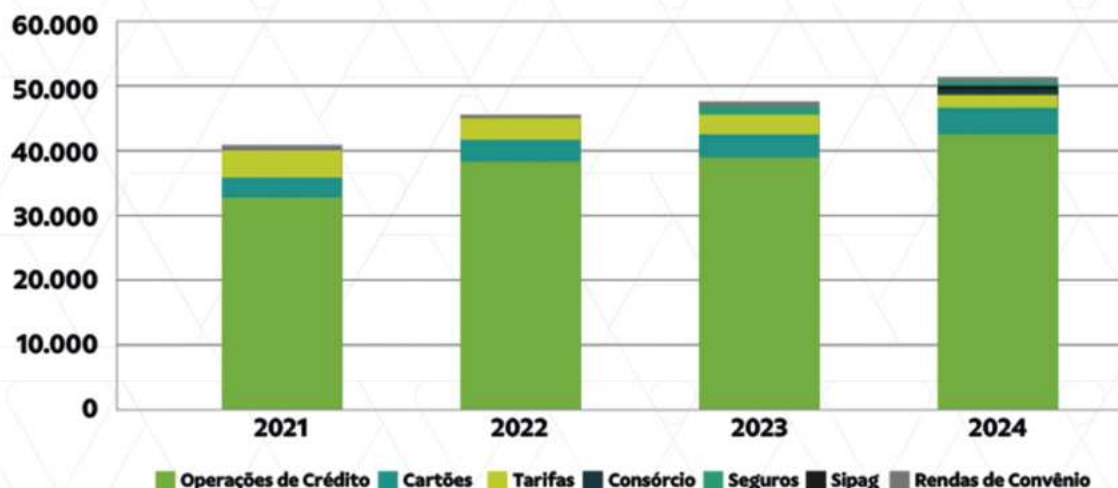


NOSSOS NÚMEROS



RECEITA POR PRODUTO

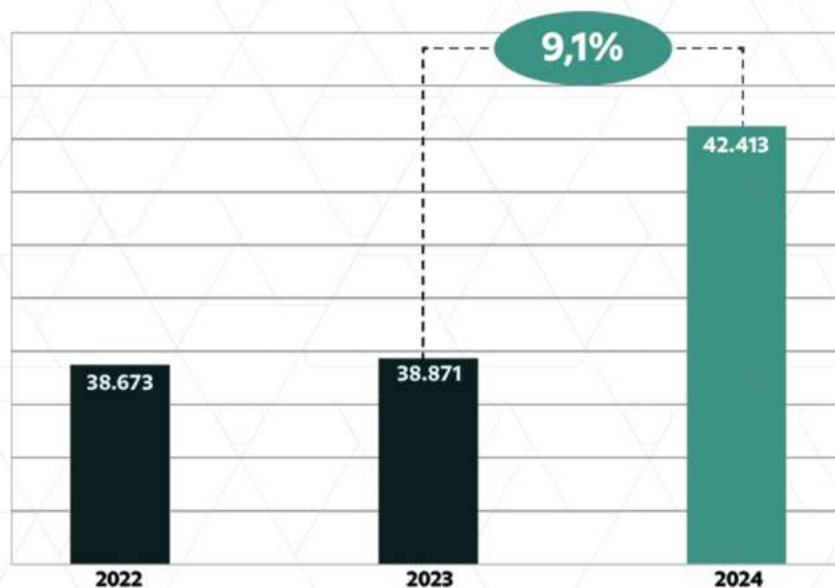
A demonstração da distribuição da receita por produtos permite identificar quais são os mais rentáveis, onde estão as principais fontes de receitas, o nível de diversificação e as oportunidades de crescimento.



(em milhares de reais)

RECEITA COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O principal produto da cooperativa manteve sua performance, com um crescimento acima da inflação (IPCA 2024 - de 4,83%)



(em milhares de reais)

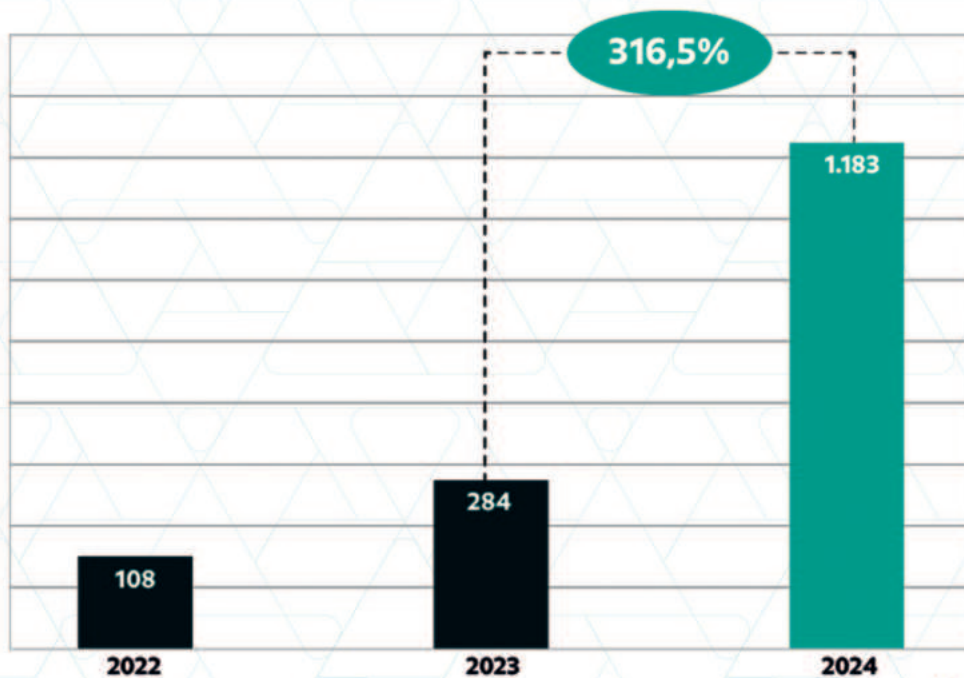


NOSSOS NÚMEROS



RECEITA DE CONSÓRCIO

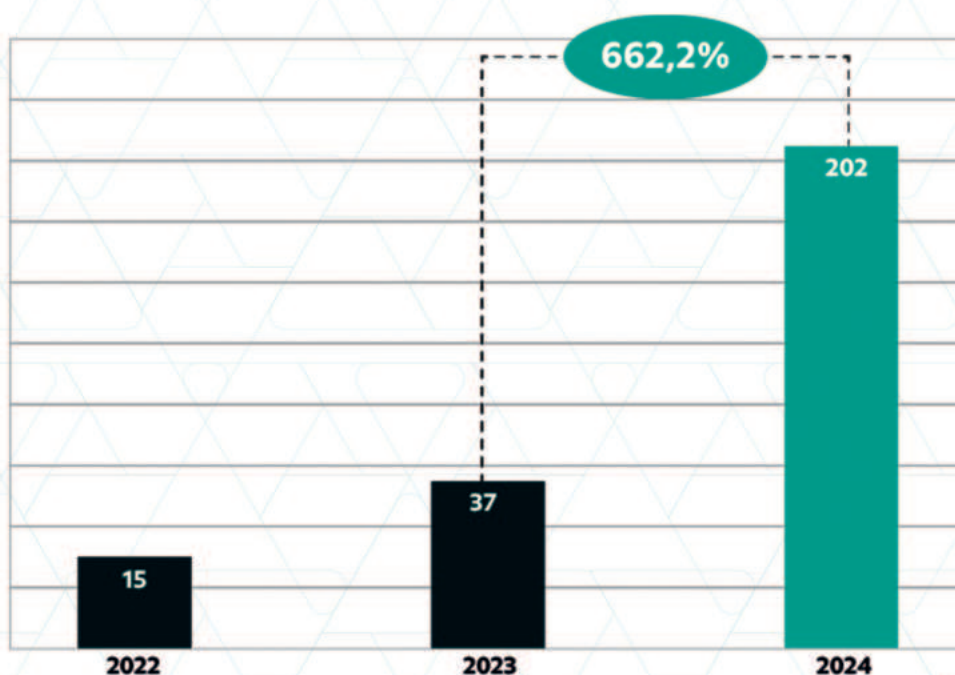
Alavancamos novas frentes de negócio



(em milhares de reais)

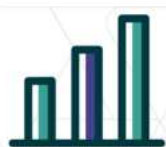
RECEITA COM SIPAG

Alavancamos novas frentes de negócio



(em milhares de reais)



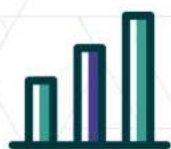


NOSSOS NÚMEROS

Recursos Humanos

Colaboradores reconhecidos no Programa Reconheça seu Valor em 2024

NOME	ANO	MÊS DO RECONHECIMENTO	UNIDADE	VALOR
Ariane Cristina Nogata Camzano	2024	JANEIRO	PA Sorocaba	Cooperativismo
Raphael Oliveira de Matos	2024	FEVEREIRO	UNIFAC	Cooperativismo
MARÇO TIVEMOS OS RECONHECIDOS DE JAN E FEV				
Natalia Mariana Santos	2024	ABRIL	UNIFAC	Cooperativismo
João Victor Medeiros Galvão	2024	MAIO	UNICRED	Empatia
JUNHO TIVEMOS OS RECONHECIDOS DE ABRIL E MAIO				
Isabella Rodrigues Santos	2024	JUNHO	UNIPRO	Cooperativismo
JULHO TIVEMOS O RECONHECIMENTO DE JUNHO				
Filipe Silva Arapujo	2024	SETEMBRO	UNIFIN	Cooperativismo
NOVEMBRO TIVEMOS O RECONHECIMENTO DE SETEMBRO				



NOSSOS NÚMEROS

Recursos Humanos



Distribuição do quadro de colaboradores

	2023		2024	
GENERO				
Gênero Masculino	47	33%	36	35%
Gênero Feminino	95	67%	68	65%
	142	100%	104	100%
FAIXA ETÁRIA				
Até 25 Anos	16	11%	10	10%
De 26 a 35 Anos	39	27%	20	19%
De 36 a 45 Anos	67	47%	55	53%
Acima de 45 Anos	20	14%	19	18%
	142	100%	104	100%
NÍVEL HIERÁQUICO				
Auxiliares e Assistentes	32	23%	22	21%
Operadores	26	18%	19	18%
Analistas	41	29%	31	30%
Coordenadores/Supervisores	37	26%	28	27%
Gerentes	6	4%	4	4%
	142	100%	104	100%
REGIÃO				
Metropolitana - São Paulo	93	65%	61	59%
Grande São Paulo e ABC	23	16%	18	17%
Litoral	5	4%	2	2%
Interior de São Paulo	21	15%	22	21%
Paraná	0	0%	1	1%
	142	100%	104	100%

ÁREAS	Carga horária
COMERCIAL	654
COMPORTAMENTAL	102
GOVERNANÇA	129
INSTITUCIONAL	914
LIDERANÇA	107
SEGURANÇA	355
TÉCNICO	619
Total Geral	2881

AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO:

- Programas de treinamento e desenvolvimento:
- Número de colaboradores capacitados.
- Carga horária total de treinamentos realizados.
- Principais temas abordados (liderança, compliance, tecnologia, etc.).



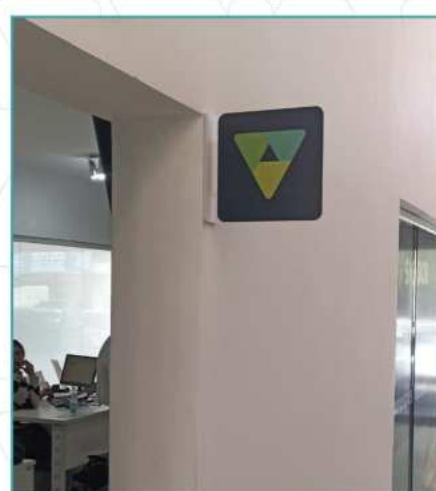
RETROSPECTIVA SICOOB COOPMIL

RETROSPECTIVA SICOOB COOPMIL

POSTOS DE ATENDIMENTO MODERNIZADOS: FRANCA



POSTOS DE ATENDIMENTO MODERNIZADOS: SÃO JOSÉ DOS CAMPOS



POSTOS DE ATENDIMENTO MODERNIZADOS: SÃO JOSÉ DO RIO PRETO



2º ENCONTRO DE AGREGAÇÃO COMERCIAL: FORTALECENDO A EXCELÊNCIA

No dia 14 de abril, realizamos o 2º Encontro de Agregação Comercial, um evento voltado para aprimorar a excelência em nossas operações. Durante o encontro, compartilhamos informações detalhadas sobre nossos produtos e serviços, criando um ambiente de aprendizado e colaboração entre as equipes. Esse tipo de iniciativa é essencial para fortalecer nosso compromisso com a inovação, eficiência e, principalmente, com os nossos cooperados, gerando resultados cada vez mais positivos e impactantes.



ASSEMBLEIA GERAL: PARTICIPAÇÃO QUE FORTALECE A COOPERATIVA

No dia 30 de abril, realizamos nossa Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, um momento essencial de transparência e participação democrática. Delegados puderam acompanhar os resultados de 2023, aprovar as contas da gestão, deliberar sobre mudanças no Estatuto Social e a nova sede da COOPMIL. Essa participação ativa reforça o 2º Princípio do Cooperativismo — gestão democrática pelos membros — e mostra que juntos seguimos construindo o futuro da nossa cooperativa.



PROMOÇÃO CAPITAL PREMIADO

Em 2024, reforçamos o valor de ser cooperado com a Promoção Capital Premiada. Uma iniciativa que estimula o crescimento da Conta Capital e ainda traz chances reais de ganhar prêmios incríveis! Um dos momentos marcantes foi a entrega de uma moto novinha a um dos nossos cooperados — símbolo do nosso compromisso em valorizar quem acredita e investe na cooperativa.



XXXIX ENDAPAS 2024 – PIRACICABA

Tivemos a honra de participar do ENDAPAS – Encontro Nacional das Associações Policiais de Assistência à Saúde (APAS), um importante evento que reúne entidades dedicadas à promoção de melhores serviços de saúde para a categoria. Foi uma excelente oportunidade para reforçar os laços da Sicoob COOPMIL com essas instituições, alinhando propósitos e fortalecendo parcerias em prol do bem-estar da nossa base cooperada.



SICOOB COOPMIL CELEBRA OS 35 ANOS DO SICOOB CECRESP

Estivemos presentes na comemoração dos 35 anos da Sicoob Cecresp, uma data marcante para o cooperativismo paulista. Participar deste momento especial foi uma forma de homenagear a trajetória de uma instituição que tanto inspira e fortalece o nosso setor. Para a Sicoob Coopmil, é uma honra caminhar ao lado de quem compartilha os mesmos valores e propósitos. Seguimos juntos, construindo um futuro ainda mais cooperativo!



MEGAMIGOS: UM INCENTIVO LÚDICO À EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Em 2024, relançamos a campanha MEGACOFRE, uma ação divertida e educativa que transformou o hábito de poupar em uma jornada lúdica. Com o retorno do MEGAMIGOS e a coleção de cofrinhos dos personagens, incentivamos a abertura de contas poupança e a formação de uma reserva financeira entre nossos cooperados. A campanha também estimulou metas de economia com recompensas especiais, como o kit de livros da série Financinhas. Uma forma criativa de fortalecer a educação financeira desde cedo!



54º SARGENTO GONZAGUINHA

Estivemos presentes em mais uma edição da tradicional Corrida Gonzaguinha, um evento que celebra a saúde, o esporte e o espírito de comunidade. Apoiar iniciativas como essa reforça nosso compromisso com a qualidade de vida e o bem-estar dos nossos cooperados e da sociedade. Estar ao lado de eventos que incentivam hábitos saudáveis é uma forma de mostrar que a cooperativa vai além do financeiro — a gente corre junto por um futuro melhor!



SICOOB COOPMIL NO SEMINÁRIO NEGÓCIOS DIGITAIS

Nos dias 9 e 10 de dezembro, a Sicoob Coopmil marcou presença no Seminário “Negócios Digitais: O Desafio Não Pode Esperar”, promovido pelo Sicoob Central Cecresp. Foram dois dias de imersão em inovação, tecnologia e estratégias que estão redesenhando o cenário do cooperativismo. Participar desse encontro reforça nosso compromisso com a evolução digital e com a entrega de soluções modernas, seguras e alinhadas às necessidades dos nossos cooperados. Estamos em movimento, preparados para transformar desafios em oportunidades reais!



SICOOB COOPMIL NA SOLENIDADE FERNÃO DIAS: MONTANHAS E SONHOS

No dia 14/12/2024, a Sicoob Coopmil teve a honra de participar da Solenidade Fernão Dias: Montanhas e Sonhos, um evento que celebrou a rica história e cultura do nosso país. O evento, realizado no Mosteiro de São Bento, contou com a presença de grandes nomes como o Prof. Dr. João Tomás do Amaral, presidente do IHGSP, Prof. Dr. José Carlos Serufo, presidente do IHGMG, Simone Albuquerque, Dom Evaldo Xavier Gomes (Mosteiro de São Bento) e o Cel. da PMESP Luiz Eduardo Pesce de Arruda, Delegado na Sicoob Coopmil. Estamos sempre presentes em iniciativas que valorizam a tradição, o conhecimento e o fortalecimento da nossa sociedade.



▶▶ RETROSPECTIVA SICOOB COOPMIL

CAMPANHA BOAS FESTAS

Encerramos 2024 com um gesto de carinho e gratidão aos nossos cooperados: a tradicional Campanha Boas Festas. A ação reforçou nosso compromisso com a proximidade e o cuidado com quem faz parte da nossa cooperativa. Mais do que presentear, foi uma forma de celebrar as conquistas do ano e renovar, juntos, os votos de um novo ciclo repleto de prosperidade, união e cooperação.



▶▶ INICIATIVAS SICOOB COOPMIL

INCLUSÃO DIGITAL PARA TODOS

O projeto "Inclusão Digital para Todos" visa promover a inclusão digital em comunidades carentes, fornecendo acesso à tecnologia e capacitação digital. Com o objetivo de reduzir a desigualdade digital, a iniciativa oferece doação de equipamentos, treinamento em informática e incentivo ao uso de ferramentas digitais para educação, empregabilidade e empreendedorismo. Além disso, a conscientização sobre a importância da inclusão digital é central para garantir que mais pessoas tenham acesso a oportunidades educacionais e profissionais. O projeto busca, ainda, envolver a sociedade civil e empresas na arrecadação de equipamentos, promovendo a economia circular e a sustentabilidade. Entre os benefícios esperados estão o desenvolvimento de habilidades tecnológicas, maior inserção no mercado de trabalho e fortalecimento da economia local.



POTES SOLIDÁRIOS

A iniciativa "Potes Solidários" é uma ação sustentável que reutiliza potes de margarina vazios para armazenar e distribuir alimentos em comunidades vulneráveis. Através da coleta desses potes na Fundação Coopmil em parceria com a Sicoob Coopmil, a ação promove a economia circular e reduz o desperdício de plástico. Além de ajudar a diminuir o impacto ambiental, o projeto facilita a logística de doação de alimentos, tornando-a mais eficiente e organizada. A participação ativa dos colaboradores da cooperativa reforça o compromisso com a solidariedade e a responsabilidade social. A iniciativa contribui diretamente para a melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade, além de engajar a comunidade em práticas sustentáveis.



PROGRAMA ALVO: UMA INICIATIVA TRANSFORMADORA PARA O FUTURO DA SICOOB COOPMIL

Nos últimos anos, a Sicoob Coopmil tem investido de forma consistente na evolução de sua cultura organizacional, processos internos e no fortalecimento do relacionamento com seus associados. Nesse contexto, nasceu o Programa Alvo – um projeto cuidadosamente planejado e conduzido com base em uma estratégia sólida de transformação institucional, que tem impactado diretamente a forma como a cooperativa atua e se posiciona.

Idealizado sob a liderança do Superintendente Eduardo Festi, o programa foi concebido como uma resposta às necessidades percebidas ao longo da trajetória da cooperativa: melhorar o desempenho institucional de forma sustentável, promover uma gestão mais participativa e preparar a organização para os desafios futuros. Mais do que uma reestruturação de processos, o Programa Alvo representa uma mudança profunda de cultura.

“Não se trata apenas de números ou desempenho financeiro, mas de criar um ambiente em que todos se sintam parte de um processo contínuo de crescimento”, afirma Eduardo.

Cultura de Pertencimento e Valorização

Desde seu início, o programa tem promovido uma transformação que ultrapassa o campo operacional. Ao colocar as pessoas no centro da estratégia — sejam elas colaboradores ou associados —, o Programa Alvo consolida uma cultura de pertencimento, acolhimento e engajamento mútuo.

O impacto desse movimento é perceptível em diversos aspectos: no fortalecimento dos vínculos internos, no aumento da satisfação dos cooperados e, sobretudo, na mudança de postura e atitude das equipes. “Hoje, conseguimos mensurar não apenas o aumento da adesão aos produtos, mas principalmente o grau de satisfação dos cooperados e o comprometimento dos colaboradores com a missão da cooperativa”, reforça Eduardo.

Modernização e Proximidade com o Cooperado

O programa também prevê uma série de ações voltadas à modernização da estrutura física e digital da cooperativa. Diversas agências passaram por melhorias estruturais com o objetivo de proporcionar ambientes mais acolhedores e funcionais e seguimos neste processo de modernização. Em paralelo, os canais de comunicação foram atualizados, destacando-se a ampliação do uso de ferramentas como o WhatsApp e outras plataformas digitais, que garantem mais agilidade e proximidade com os cooperados.

Um diferencial importante do programa é a ênfase na participação ativa dos associados. O cooperado é convidado a contribuir com ideias, opiniões e decisões, fortalecendo o espírito cooperativista e garantindo que os produtos e serviços ofertados reflitam, de fato, as necessidades reais do público.

“Queremos ser a primeira escolha dos nossos cooperados, oferecendo soluções completas — da folha de pagamento aos investimentos, dos seguros aos empréstimos — com excelência, agilidade e humanidade”, afirma o superintendente.

INICIATIVAS SICOOB COOPMIL



Desenvolvimento de Pessoas e Integração Institucional

Outro pilar central do Programa Alvo é o investimento contínuo no desenvolvimento dos colaboradores. Por meio de capacitações, incentivos ao protagonismo e uma política de reconhecimento, o programa fomenta o crescimento das pessoas que sustentam a operação e fazem a diferença no dia a dia da cooperativa.

A integração entre áreas e unidades também tem sido reforçada como estratégia para ampliar sinergias, melhorar processos e promover um ambiente colaborativo e orientado a resultados. Todos os setores participam ativamente das metas e ações do programa, fortalecendo a visão de que o sucesso é construído em conjunto.

Visão de Futuro

Com uma abordagem planejada, estruturada e focada em pessoas, o Programa Alvo tem se consolidado como um marco na história da Sicoob Coopmil. Ele reafirma o compromisso da cooperativa com a excelência, a inovação e o desenvolvimento humano, pilares fundamentais para o futuro da organização.

“Nosso objetivo é manter esse ciclo de evolução constante, oferecendo aos nossos associados e colaboradores uma cooperativa cada vez mais eficiente, humana e inovadora”, conclui Eduardo Festi.

A visão de longo prazo é clara: consolidar a Sicoob Coopmil como referência no setor cooperativo — não apenas pelos produtos e serviços que oferece, mas pela cultura institucional que valoriza o pertencimento, o diálogo e o crescimento coletivo.





Programa Alvo – Evolução na comercialização de produtos e serviços

CRESCIMENTO COMPARATIVO | ANO BASE 2022



CONSÓRCIO	PRODUÇÃO	CRESCIMENTO %
2022	R\$ 7.043.208,00	
2023	R\$ 18.281.780,00	159,57
2024	R\$ 29.829.537,00	323,52



SIPAG	PRODUÇÃO	CRESCIMENTO %
2022	R\$ 2.732.515,00	
2023	R\$ 4.411.867,00	61,46
2024	R\$ 24.638.361,00	801,67



TOTAL DE RECURSOS	PRODUÇÃO	CRESCIMENTO %
2022	R\$ 217.431.867,00	
2023	R\$ 219.519.336,00	1,0
2024	R\$ 242.126.588,00	11,36



COBRANÇA BANCÁRIA	PRODUÇÃO	CRESCIMENTO %
2022	R\$ 46.721,00	
2023	R\$ 40.870.221,00	87.377,20
2024	R\$ 134.511.698,00	287.804,15



CRÉDITO RURAL	PRODUÇÃO	CRESCIMENTO %
2022	R\$ 1,00	
2023	R\$ 19.989,02	1.998.802,00
2024	R\$ 2.737.684,00	273.768.300,00
2025	R\$ 5.402.678,00	540.267.700,00

*Produção até 03/2025



SEGURO RURAL	PRODUÇÃO	CRESCIMENTO %
2022	R\$ 1,00	
2023	R\$ 0,00	
2024	R\$ 138.718,00	13.871.700,00
2025	R\$ 430.956,00	43.095.500,00

*Produção até 03/2025



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2024

COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB COOPMIL

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024 da cooperativa financeira SICOOB COOPMIL.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2.405 municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 8,3 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa

A SICOOB COOPMIL é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 93,36% das operações de crédito nos melhores níveis ("AA" a "C").

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado e/ou delegado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pela definição estratégica da cooperativa.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são supervisionados pelo Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui profissionais designados na função de Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL CECRESP e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos do Banco Central e da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento do Conselho e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a atribuição de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas sistêmicas de gestão como o Sistema Sisbr, bem como muitos de seus normativos, como políticas e manuais.

Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Pacto de Ética e de Conduta Profissional propostos pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e atuar em compliance com todos os normativos legais.

6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 2024, a SICOOB COOPMIL registrou o total de 217 manifestações. Das reclamações, 81 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Data-base: 31 de dezembro de 2024.

Unidade de Apresentação: reais.

Resultados Financeiros do Período	% de variação	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Sobras/Perdas do Exercício - antes do Juros ao Capital	-105,98%	-1.750.742,37	630.385,04	-10.545.975,36

Número de cooperados	% de variação	31/12/2024	31/12/2023
Total	-6,09%	28.364	30.202



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2024	31/12/2023
Carteira Rural	14170,39%	2.852.511,28	19.989,02
Carteira Comercial	13,93%	235.161.580,56	208.412.112,56
Total	15,30%	238.014.091,84	208.432.101,58

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2024 o percentual de 32,37% da carteira, no montante de R\$ 77.277.068,48.

Captações	% de variação	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos à vista	8,38%	11.861.851,14	10.945.048,66
Depósitos a prazo	4,42%	125.488.876,76	120.177.879,27
LCA	1010,38%	13.633.213,81	1.227.798,17
Total	14,08%	150.983.941,71	132.350.726,10

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2024 o percentual de 37,15% da captação, no montante de R\$ 53.939.704,26.

Patrimônio de referência	% de variação	31/12/2024	31/12/2023
Total	-3,76%	66.570.962,58	69.172.972,66

9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Conselho de Administração e Diretoria.

SÃO PAULO-SP, 31 de dezembro de 2024.



A man and a woman are sitting at a table, looking at a tablet together. The woman is on the left, smiling, and the man is on the right, looking at the tablet. They are both wearing casual clothing. The background is a bright, indoor setting with large windows.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



BALANÇO PATRIMONIAL

(em reais)



	NOTAS	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO		306.709.545,72	299.906.529,92
DISPONIBILIDADES	4	150.998,73	261.919,47
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		307.910.262,82	300.721.230,99
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	4.733.382,66	14.499.067,77
Títulos e Valores Mobiliários	6	56.209.236,77	68.627.610,91
Relações Interfinanceiras		6.635.201,91	8.577.599,76
Centralização Financeira	4.b	6.635.201,91	8.577.599,76
Operações de Crédito	7	238.014.091,84	206.432.101,58
Outros Ativos Financeiros	8	2.318.349,64	2.584.850,97
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(11.488.315,34)	(11.856.510,31)
(-) Operações de Crédito	7.b	(10.794.308,68)	(10.971.614,44)
(-) Outras	8.1	(694.006,66)	(884.895,87)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	9	2.776.533,26	123.726,30
OUTROS ATIVOS	10	2.754.296,25	1.274.489,37
IMOBILIZADO DE USO	11	7.300.895,20	15.898.577,13
INTANGÍVEL	12	3.622.899,82	3.663.340,77
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	11 e 12	(6.318.025,02)	(10.180.243,80)
TOTAL DO ATIVO		306.709.545,72	299.906.529,92
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		306.709.545,72	299.906.529,92
DEPÓSITOS	13	137.350.727,90	131.122.927,93
Depósitos à Vista		11.861.851,14	10.945.048,66
Depósitos a Prazo		125.488.876,76	120.177.879,27
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		65.523.548,56	71.646.857,24
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14	13.633.213,81	1.227.798,17
Relações Interfinanceiras	15	2.838.052,92	-
Repasse Interfinanceiros	15.a	2.838.052,92	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	15.b	48.784.157,75	70.124.121,31
Outros Passivos Financeiros	16	268.124,08	294.937,76
PROVISÕES	17	1.000.794,59	425.878,50
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	18	3.983.190,61	496.298,48
OUTROS PASSIVOS	19	12.929.334,99	8.785.226,96
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	85.921.949,07	87.429.340,81
CAPITAL SOCIAL	20.a	87.584.674,54	89.928.504,47
RESERVAS DE SOBRAS	20.b	187.587,81	8.046.811,70
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	20.d	(1.850.313,28)	(10.545.975,36)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		306.709.545,72	299.906.529,92

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (em reais)



	NOTAS	2º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES				
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos – Invest. Aval. Custo	29	1.838.977,64 (2.243.467,93)	4.220.125,05 (2.243.467,93)	(9.830.592,18) (3.016.355,67)
Distribuição de Sobras e Dividendos – Invest. Aval. Custo		-	(41.513,90)	(109.000,20)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	23	4.959.216,29	7.365.162,25	7.953.469,76
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	31	(17.231,01)	2.497,21	(147.230,58)
Provisões/Reversões Não Operacionais	32	(2.665,00)	(2.665,00)	-
Provisões/Reversões para Contingências	31	650.780,77	650.780,77	948.143,88
Atualização de Depósitos em Garantia	29	(17.256,04)	(31.225,48)	(36.770,31)
Depreciações e Amortizações	27	576.063,41	1.247.819,64	963.462,82
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		5.744.418,13	11.167.512,61	(3.274.872,48)
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		2.023.696,66	6.495.568,65	(6.495.568,65)
Títulos e Valores Mobiliários		-	-	6.076.489,54
Operações de Crédito		(12.314.856,08)	(38.217.029,90)	9.978.962,55
Outros Ativos Financeiros		(195.108,99)	(800.590,77)	(1.393.494,95)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(2.645.465,37)	(2.652.806,96)	617.205,85
Outros Ativos		(1.231.563,94)	(1.477.141,88)	(288.660,58)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais				
Depósitos à Vista		1.852.041,19	916.802,48	2.027.971,77
Depósitos a Prazo		(3.641.445,25)	5.310.997,49	9.750.304,02
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		2.420.393,36	12.405.415,64	1.227.798,17
Relações Interfinanceiras		2.838.052,92	2.838.052,92	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses		(7.030.263,80)	(21.339.963,56)	10.881.509,78
Outros Passivos Financeiros		(319.468,70)	(26.813,68)	(202.269,32)
Provisões		(62.969,94)	(78.361,89)	(1.600.431,09)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		(36.771,16)	(90.863,74)	194.184,50
Outros Passivos		3.363.908,04	4.144.108,03	1.076.518,90
Imposto de Renda Pago		-	(3.737,59)	(583.457,36)
Contribuição Social Pago		-	(8.246,55)	(407.227,08)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		(9.235.402,93)	(21.417.098,70)	27.584.963,57
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Dividendos Recebidos – Invest. Aval. Custo		-	41.513,90	6.196,49
Distribuição de Sobras da Central Recebidos – Invest. Aval. Custo		-	-	102.803,71
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos – Invest. Aval. Custo		2.243.467,93	2.243.467,93	3.016.355,67
Aquisição de Intangível		107.960,77	(9.359,12)	(2.201.954,81)
Aquisição de Imobilizado de Uso		1.876.815,24	3.537.443,58	1.092.377,73
Aquisição de Investimentos		4.114.627,33	8.475.832,87	(6.715.016,29)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		8.342.871,27	14.288.899,16	(4.699.237,50)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		6.731.892,17	14.079.581,59	16.001.694,64
Devolução de Capital aos Cooperados		(8.994.502,16)	(16.289.934,72)	(22.414.652,24)
Estorno de Capital		(115.273,38)	(133.476,80)	(34.118,00)
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores		18.465,34	18.465,34	-
Outros Eventos/Reservas		187.587,81	187.587,81	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(2.171.830,22)	(2.137.776,78)	(6.447.075,60)
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(3.064.361,88)	(9.265.976,32)	16.438.650,47
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	4	51.201.451,89	57.403.066,33	40.964.415,86
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	48.137.090,01	48.137.090,01	57.403.066,33
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(3.064.361,88)	(9.265.976,32)	16.438.650,47



DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS (em reais)

	NOTAS	2º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		28.429.284,70	52.446.549,72	54.966.092,09
Operações de Crédito	22	26.163.516,15	47.683.260,53	49.329.256,80
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	303.063,17	705.830,46	77.377,95
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6	1.962.705,38	4.057.458,73	5.559.457,34
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23	(16.382.867,47)	(29.905.240,93)	(33.157.596,85)
Operações de Captação no Mercado	13.d	(8.178.181,77)	(15.949.656,64)	(15.974.669,00)
Operações de Empréstimos e Repasses	15.c	(3.245.469,41)	(6.590.422,04)	(9.229.458,09)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(4.959.216,29)	(7.365.162,25)	(7.953.469,76)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		12.046.417,23	22.541.308,79	21.808.495,24
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(11.540.735,68)	(26.560.884,76)	(31.319.735,15)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	24	1.998.883,14	3.632.830,03	2.589.484,82
Rendas de Tarifas	25	1.152.262,42	2.857.384,50	2.964.724,41
Dispêndios e Despesas de Pessoal	26	(7.088.168,52)	(14.540.437,61)	(18.887.860,94)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	27	(10.712.906,45)	(21.991.101,38)	(20.369.547,34)
Dispêndios e Despesas Tributárias	28	(251.637,85)	(450.070,43)	(417.042,51)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	29	5.597.180,75	8.050.515,02	8.251.650,68
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	30	(2.236.349,17)	(4.120.004,89)	(5.451.144,27)
PROVISÕES	31	(633.549,76)	(653.277,98)	(800.913,30)
Provisões/Reversões para Contingências		(650.780,77)	(650.780,77)	(948.143,88)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		17.231,01	(2.497,21)	147.230,58
RESULTADO OPERACIONAL		(127.868,21)	(4.672.853,95)	(10.312.153,21)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	32	1.966.845,85	8.892.979,00	481.561,03
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		1.838.977,64	4.220.125,05	(9.830.592,18)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(3.589.720,01)	(3.589.740,01)	(715.383,18)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(2.234.470,25)	(2.234.480,25)	(418.759,83)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(1.355.249,76)	(1.355.259,76)	(296.623,35)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		(1.750.742,37)	630.385,04	(10.545.975,36)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	(1.750.742,37)	630.385,04	(10.545.975,36)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	(1.750.742,37)	630.385,04	(10.545.975,36)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



	CAPITAL A SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2022	100.163.867,28	(3.788.287,21)	25.146.788,39	(17.191.388,08)	104.330.980,38
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:					
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior	0,00	0,00	(17.191.388,08)	17.191.388,08	0,00
Constituição de Reservas	0,00	0,00	91.411,39	0,00	91.411,39
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	22.850.725,96	(6.849.031,32)	0,00	0,00	16.001.694,64
Por Devolução (-)	(22.414.652,24)	0,00	0,00	0,00	(22.414.652,24)
Estorno de Capital	(34.118,00)	0,00	0,00	0,00	(34.118,00)
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	0,00	0,00	0,00	(10.545.975,36)	(10.545.975,36)
Saldos em 31/12/2023	100.565.823,00	(10.637.318,53)	8.046.811,70	(10.545.975,36)	87.429.340,81
Saldos em 31/12/2023	100.565.823,00	(10.637.318,53)	8.046.811,70	(10.545.975,36)	87.429.340,81
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	18.465,34	18.465,34
Outros Eventos/Reservas	0,00	0,00	187.587,81	0,00	187.587,81
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	22.092.622,40	(8.013.040,81)	0,00	0,00	14.079.581,59
Por Devolução (-)	(16.289.934,72)	0,00	0,00	0,00	(16.289.934,72)
Estorno de Capital	(133.476,80)	0,00	0,00	0,00	(133.476,80)
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	0,00	0,00	0,00	630.385,04	630.385,04
Destinações das Sobras do Período:					
Outras Destinações das Sobras do Período	0,00	0,00	(8.046.811,70)	8.046.811,70	0,00
Saldos em 31/12/2024	106.235.033,88	(18.650.359,34)	187.587,81	(1.850.313,28)	85.921.949,07
Saldos em 30/06/2024	104.951.032,79	(14.988.474,88)	0,00	(118.036,25)	89.844.521,66
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	18.465,34	18.465,34
Outros Eventos/Reservas	0,00	0,00	187.587,81	0,00	187.587,81
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	10.393.776,63	(3.661.884,46)	0,00	0,00	6.731.892,17
Por Devolução (-)	(8.994.502,16)	0,00	0,00	0,00	(8.994.502,16)
Estorno de Capital	(115.273,38)	0,00	0,00	0,00	(115.273,38)
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	0,00	0,00	0,00	(1.750.742,37)	(1.750.742,37)
Saldos em 31/12/2024	106.235.033,88	(18.650.359,34)	187.587,81	(1.850.313,28)	85.921.949,07

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.





NOTAS EXPLICATIVAS





NOTAS EXPLICATIVAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 Em Reais (R\$)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB COOPMIL, doravante denominado SICOOB COOPMIL, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em 18/08/1989, filiada à CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO – SICOOB CENTRAL CECRESP e componente do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 4.970/2021 e 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de Cooperativas de Crédito e sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB COOPMIL, sediado à AV. CRUZEIRO, Nº 297, CANINDE – SP, possui: 16 Postos de Atendimento (PAs), nas seguintes localidades: OSASCO – SP, SÃO PAULO – SP, SANTOS – SP, CAMPINAS – SP, GUARULHOS – SP, SANTO ANDRÉ – SP, ARARAQUARA – SP, FRANCA – SP, JUNDIAÍ – SP, TAUBATÉ – SP, PIRACICABA – SP, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP, ARAÇATUBA – SP, BAURU – SP, PRESIDENTE PRUDENTE – SP, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP, SOROCABA – SP, e 1 Posto de Atendimento Digital.

O SICOOB COOPMIL tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito;
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pelas Leis Complementares nº 130/2009 e 196/2022; e normas emanadas pelo Banco Central do Brasil – BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020, alterada pela Resolução nº 5.185/2024, Resolução CMN nº 4.924/2021, alteradas pela Resolução CMN nº 5.116/2024 e Resolução CMN nº 5.185/2024, Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 24/02/2025



NOTAS EXPLICATIVAS

b) Convergência às normas internacionais de contabilidade

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. O CMN e o Bacen aprovaram os seguintes pronunciamentos:

Pronunciamentos CPC Resolução CMN

PRONUNCIAMENTOS CPC	RESOLUÇÃO CMN
CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 04 (R1) – Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.534/2016
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 – Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 27 – Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/2016
CPC 28 – Propriedade para investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 – Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021

c) Moeda Funcional e apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2024:

Instrução Normativa BCB 447 de 04 de janeiro de 2024: Altera a Instrução Normativa BCB nº 268, de 1º de abril de 2022, para criar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Instrução Normativa BCB 459 de 26 de março de 2024: Altera as Instruções Normativas BCB ns. 268, 270, 271, 273 e 275, todas de 1º de abril de 2022, e a Instrução Normativa BCB nº 315, de 27 de outubro de 2022, para criar e alterar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Instrução Normativa BCB 481 de 28 de junho de 2024: Altera as Instruções Normativas BCB ns. 268, 270 e 275, todas de 1º de abril de 2022, e a Instrução Normativa BCB nº 315, de 27 de outubro de 2022, para criar e alterar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

1) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A Resolução CMN nº 4.966/2021, e alterações posteriores promovidas pelas Resoluções CMN nº 5.019/2022; 5.100/2022 e 5.146/2024 e a Resolução BCB 352/2023 que, estabelecem os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025 aos instrumentos financeiros quanto os seguintes aspectos: i) a classificação dos instrumentos financeiros em modelos de negócios e análise das características contratuais de fluxos de caixa; ii) taxa efetiva de juros das operações; iii) constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito;



NOTAS EXPLICATIVAS

iii) ativo problemático e stop accrual; iv) divulgações e evidenciações em notas explicativas no que se referem aos aspectos de metodologias assim como as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), aplicável a partir de 1º de janeiro de 2027. O objetivo também é reduzir as disparidades entre as normas contábeis do COSIF e os padrões internacionais (IFRS).

Diante da complexidade das Resoluções, aliado ao impacto contábil decorrente da revogação de 19 normativos, em especial, a Resolução CMN nº 2.682/1999 que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o Projeto de implementação das novas normas foi feito no Sicoob de forma centralizada e conduzida pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS). Este Projeto foi dividido em etapas de modo a realizar uma transição mais eficiente. Dessa forma, o ponto de partida da Instituição foi analisar e identificar os pontos de assimetria com as normas e políticas vigentes até 31 de dezembro de 2024, considerando os impactos decorrentes das modificações necessárias em âmbitos tecnológico, redesenho de processos, identificação de papéis e responsabilidades, gestão do processo e determinação de prazos para adequação dos planos de ação elaborados em 2022. A seguir, destacamos as etapas do Projeto no Sicoob:

- **Etapas 1 – Avaliação (2022):** Englobou atividades de diagnóstico para o entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, o mapeamento dos principais sistemas impactados, a elaboração de matriz com o detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;
- **Etapas 2 – Desenho (2023):** Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, a definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas;
- **Etapas 3 – Desenvolvimento (2023/2024):** Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (por exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “De x Para” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.
- **Etapas 4 – Testes e Homologações (2024):** Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e a implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;
- **Etapas 5 – Atividades de transição (2024):** Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial além de atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;
- **Etapas 6 – Adoção inicial (1º de janeiro de 2025):** Adoção efetiva da Resolução CMN 4.966/2021 e análise dos impactos estimados sobre o resultado e posição financeira da Instituição com a implementação da regulação contábil estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021.

Dentre as atividades da Etapa 6, a instituição realizou no decorrer do segundo semestre de 2024, simulações de impacto para obter uma melhor compreensão do efeito potencial da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 nos saldos contábeis de patrimônio e resultado por meio das simulações de perdas esperadas.

2) Efeitos da aplicação das Resoluções CMN n.º 4.966/2021 e BCB n.º 352/2023 no Sicoob:

Destacamos a seguir, os principais aspectos da norma com impacto em divulgações e sobre o ajuste no patrimônio líquido:

- **Classificação em modelos de negócios:** Conforme requerido pela norma, foram aprovadas pelos órgãos de governança, as Políticas de Modelos de Negócios aplicáveis a todas as entidades sistêmicas. Neste sentido, o Sicoob classificou os ativos objeto de gestão financeira nos seguintes modelos e respectivas mensurações contábeis:
- **Modelo de Negócio 1:** Manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais;
- **Mensuração contábil e reconhecimento:** Custo amortizado com os efeitos reconhecidos no resultado do período;
- **Modelo de Negócio 2:** Gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do Ativo Financeiro



NOTAS EXPLICATIVAS

Mensuração contábil e reconhecimento: Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) com os efeitos dos juros da operação reconhecidos no resultado do período e os ajustes decorrentes da marcação a mercado (MtM) no patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários);

- **Modelo de Negócio 3:** Outros modelos de negócios

Mensuração contábil e reconhecimento: Valor justo por meio do resultado (VJR) com os efeitos reconhecidos no resultado do período;

As remensurações dos ativos financeiros foram avaliadas pela administração considerando as definições nos modelos de negócios e Teste de SPPJ para os instrumentos classificados nos modelos de negócios 2 e 3, previstos no art. 4º da Resolução CMN nº 4.966/2021, e da Resolução BCB nº 352/2023, como resultado, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da exigência normativa.

- **Taxa de juros efetiva da operação (TJEO):** o Sicoob, conforme estabelece a Resolução CMN n.º 4.966/2021, adotará de forma prospectiva a TJEO e passa a considerar os custos e receitas originados nas novas transações e que sejam qualificáveis para a aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros para as novas operações, a partir de 1º de janeiro de 2025. Desta forma, estes custos e receitas serão incorporados aos saldos contábeis brutos das transações e reconhecidos no resultado.

- **Suspensão dos juros (stop accrual):** de acordo com a Resolução CMN n.º 4.966/2021, a suspensão de juros de um contrato deve ocorrer quando o ativo for marcado com problemas de recuperação (caracterização do ativo problemático) ou quando ocorrer atraso superior a 90 (noventa dias), diferentemente do que estabelecia a Resolução CMN n.º 2.682/1999, cujo parâmetro para suspensão dos juros era apenas para as operações que apresentassem atrasos superiores a 59 (cinquenta e nove dias).

Conforme diretrizes constantes no Comunicado BCB nº 42.403/2024, a Instituição adotou na carteira de crédito, o ajuste da posição de suspensão de juros (stop accrual) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos.

- **Alocação em estágios:** dadas as exigências normativas todos os ativos financeiros do Sicoob deverão ser alocados em estágio conforme descrito a seguir:

- **Estágio 1:** ativos financeiros que no reconhecimento inicial não apresentam problemas de recuperação de crédito, ou seja, não foram caracterizados como ativos problemáticos nem houve aumento significativo do risco de crédito;

- **Estágio 2:** ativos financeiros que aumentaram significativamente o risco de crédito em relação ao apurado na alocação de origem da operação no Estágio 1 ou ativos financeiros que deixaram de ser caracterizados como ativo com recuperação de crédito;

- **Estágio 3:** ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito.

- **Perdas esperadas (PE):** A partir das simulações efetuadas no Sicoob, observamos um incremento no valor da perda esperadas (PE) associadas ao risco de crédito, tal efeito principalmente oriundo da transição da metodologia de estimação de perda esperada. Portanto, os valores de perdas esperadas para os ativos financeiros consideraram os potenciais efeitos decorrentes dos pisos mínimos e/ou da aplicação dos modelos internos elaborados pela área de modelagem de riscos do Sicoob.

Acerca dos efeitos supracitados, segundo melhores estimativas, a administração avaliou como efeito decorrente do cálculo de perda esperada exigido pela Resolução CMN n.º 4.966/2021, um acréscimo no valor aproximado de R\$ 4.119.011,27, correspondente a 4,79% sobre o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais. Os ajustes serão contabilizados em 1º de janeiro de 2025 em conta destacada no patrimônio líquido.



NOTAS EXPLICATIVAS

- **Baixa para prejuízo de ativos financeiros (desreconhecimento/Write-Off):** O ativo financeiro deverá ser baixado para prejuízo quando não seja provável que a instituição recupere o seu valor. Isto é, quando a recuperação seja remota. Os critérios devem estabelecidos para a baixa dos ativos financeiros devem ser consistentes e passíveis de verificação.

- **Hierarquia de valor justo:** os instrumentos financeiros do Sicoob serão categorizados conforme hierarquia do valor justo, descritos a seguir:

- **Nível 1:** instrumentos financeiros cujos preços cotados (não ajustados) são feitos em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos disponíveis na data da mensuração;

- **Nível 2:** instrumentos financeiros cujos preços incluem informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente. Neste caso, os ativos são precificados internamente pois não há mercado que os precifique.

- **Nível 3:** instrumentos financeiros para os quais não há mercado ativo e tampouco informações observáveis para tal.

- **Efeitos tributários Cooperativas:** em decorrência da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, para as cooperativas não há efeitos tributários a serem registrados dado que a Lei 14.467/2022 não é aplicável.

3) Outros aspectos de regulação:

Concomitante a mudança trazida pelas Resoluções já mencionadas, está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil (BCB) reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As alterações promovidas foram publicadas pelo órgão regulador nos seguintes normativos:

i) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF;

ii) Resolução BCB nº 390, de 12 de junho de 2024: trata da utilização do Padrão Contábil (Cosif) e da estrutura do elenco de contas do COSIF;

iii) Instruções Normativas BCB nº 426 a 433: atualizadas em 05 de novembro de 2024 pelas Instruções Normativas BCB nº 537 a 544: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos: (i) ativo realizável e permanente; (ii) grupos de compensação ativa e passiva; (iii) passivo exigível; (iv) patrimônio líquido; (v) resultado credor e devedor;

Os impactos da adoção dos normativos citados foram avaliados pelo Sicoob e estarão refletidos na contabilidade a partir de 1º de janeiro de 2025 quando passam a vigorar.

Em complemento, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil deverão aplicar a partir de 1º de janeiro de 2025, a Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021, e respectivas alterações posteriores da Resolução CMN nº 5.101, de 24 de agosto de 2023, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil tanto na condição de arrendadora como arrendatária. Essa norma estabelece os requisitos para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras com base no CPC 06 (R2) – Arrendamentos. A norma é aplicável a todos os contratos de arrendamento, contudo, faculta às instituições financeiras a aplicação prospectiva conforme Artigo 2º, parágrafo 5º da referida Resolução.

Tendo como base as análises efetuadas e a faculdade prevista na Resolução, a instituição adotará a norma prospectivamente para os contratos a serem celebrados a partir 1º de janeiro de 2025, data em que passa a vigorar conforme determinação da autoridade monetária.



NOTAS EXPLICATIVAS

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2.2.1 Perdas Acumuladas e Plano de Recuperação

Nos últimos anos, a cooperativa foi fortemente afetada pelos eventos de saúde pública e macroeconômicos, em especial, a pandemia de COVID-19, causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-Cov-2), conflitos mundiais, e principalmente a política de juros praticada pelo Banco Central do Brasil, em resposta aos eventos supracitados, que nos impôs aumento significativo nos custos de captação das principais fontes de financiamento da cooperativa, além da necessidade de contratar junto ao Banco Sicoob, recursos para compor o funding e liquidez.

Em decorrência disso, o Sicoob COOPMIL observou perdas semestrais e consecutivas durante o período compreendido entre o primeiro semestre de 2021 e o primeiro semestre de 2023, recuperando a capacidade de geração de sobras ao final do segundo semestre de 2023 e a compensação parcial das perdas acumuladas em exercícios anteriores e recomposição do fundo de reserva a partir do encerramento do exercício de 2024. Em 31 de dezembro de 2024, a cooperativa apresentou perdas acumuladas de R\$1.850.313,28 e possui Reserva de Sobras de R\$187.587,81.

A evolução nos resultados é fruto do Plano de Recuperação do Sicoob COOPMIL, desenvolvido em conjunto com as demais entidades sistêmicas (Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo – SICOOB CENTRAL CECRESP e Confederação Nacional das Cooperativas de Crédito – SICOOB CONFEDERAÇÃO). O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração do Sicoob COOPMIL, em 30 de maio de 2023, com vigência até abril de 2025.

Podemos destacar como principais objetivos alcançados pelo desenvolvimento do plano: 1. retomada no crescimento e diversificação da carteira de crédito em 2024; 2. redução significativa da inadimplência; 3. diversificação das fontes de financiamento e consequente redução no custo de captação; 4. redução significativa da dependência de contratação de recursos no sistema; 5. diversificação dos cooperados; 6. aumento das receitas de serviços; 7. Redução nos custos administrativos; 8. desmobilização de estruturas físicas e desinvestimentos; e 8. retomada na geração de sobras ao final de 2024.

O plano de recuperação do Sicoob COOPMIL é um passo fundamental para garantir a sua sustentabilidade e crescimento. Através da diversificação da carteira de crédito e dos associados, do aumento da receita de serviços e da redução do custo de captação, estamos confiantes de que conseguiremos não apenas superar os desafios atuais, mas também construir uma cooperativa mais forte e resiliente para o futuro.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.



NOTAS EXPLICATIVAS

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

Compõem os Títulos e Valores Mobiliários:

i) Participações de Cooperativas: registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020, alterada pela Resolução CMN 5.116/2024, e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 01/04/2022.

ii) Outros Títulos de Renda Fixa, Renda Variável e Fundos de Investimentos: os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores justos, conforme aplicável.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.



NOTAS EXPLICATIVAS

i) Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução, a Resolução CMN nº 4.747/2019 determina a segregação dos ativos não financeiros mantidos para venda em próprios e recebidos de terceiros. A mensuração do valor contábil e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021.

j) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

k) Imobilizado de Uso

Está composto por equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens: imóveis de uso – 5%, equipamentos de uso – 10%; veículos e processamento de dados – 20%.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, são amortizados a uma taxa anual de 20%.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.



NOTAS EXPLICATIVAS

r) Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar essa obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais são reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

s) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 15% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não Associados, após deduções legais previstas na legislação tributária. As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não Associado. O resultado apurado em operações realizadas com Associados não tem incidência de tributação.

t) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

u) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

v) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.



NOTAS EXPLICATIVAS

w) Instrumentos Financeiros

O SICOOB COOPMIL opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações com característica de crédito, operações de câmbio, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses, dentre outros.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

x) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras;
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e depósitos bancários	150.998,73	261.919,47
Aplicação Interfinanceiras de Liquidez (a)	4.733.382,66	8.003.499,12
Títulos e Valores Mobiliários (a)	36.617.506,71	40.560.047,98
Relações interfinanceiras – centralização financeira (b)	6.635.201,91	8.577.599,76
TOTAL	48.137.090,01	57.403.066,33

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECRESP como determinado no art. 3º, da Resolução CMN nº 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

DESCRIÇÃO	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Ligadas	-	-	-	8.003.499,12	6.495.568,65	14.499.067,77
Não Ligadas – Vinculados Ao Crédito Rural (a)	4.733.382,66	-	4.733.382,66	-	-	-
TOTAL	4.733.382,66	-	4.733.382,66	8.003.499,12	6.495.568,65	14.499.067,77

(a) As cooperativas Singulares são consideradas, por exclusão, como sociedades não ligadas ao Banco Sicoob. Isso se deve ao fato de que elas possuem apenas ações preferenciais, conferindo-lhes o direito exclusivo à preferência na obtenção de dividendos, conforme estabelecido em seus estatutos. Em relação à garantia, informamos que todas as aplicações em Depósitos Interfinanceiros realizadas no Banco Sicoob são descritas como sem garantia.

Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob com remuneração média de 100% do CDI.



NOTAS EXPLICATIVAS

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez”, foram, respectivamente:

DESCRIÇÃO	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	303.063,17	705.830,46	77.377,95

6. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, títulos e valores mobiliários estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Participação em Cooperativa Central de Crédito (a)	-	19.567.465,79	19.567.465,79	-	28.043.298,66	28.043.298,66
Participação em Instituição Financeira Controlada Por Cooperativa de Crédito (a)	-	23.208,73	23.208,73	-	23.208,73	23.208,73
Outras Participações (a)	-	1.055,54	1.055,54	-	1.055,54	1.055,54
Títulos de Renda Fixa (b)	13.511.606,64	-	13.511.606,64	19.898.250,19	-	19.898.250,19
Cotas de Fundos de Investimento (c)	23.105.900,07	-	23.105.900,07	20.661.797,79	-	20.661.797,79
TOTAL	36.617.506,71	19.591.730,06	56.209.236,77	40.560.047,98	28.067.562,93	68.627.610,91

(a) Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 01/04/2022. Em 2024 houve redução da participação da Cooperativa na Central devido a devolução de capital.

Em Participação em Cooperativa Central de Crédito, identificamos uma variação devido a um aditivo ao Contrato de Transferência e Recompra de Quotas-Partes. Esse aditivo estabelece o compromisso de transferência e recompra de quotas-partes, com a intenção de renovar o prazo de recompra.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das “Atividades de Investimento”, tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

(b) Os títulos de renda fixa referem-se a aplicações em Recibos de Depósitos Cooperativo – RDC, no SICOOB CENTRAL CECRESP, com remuneração média de 100% do CDI (em 2023 – remuneração média de 100% do CDI.)

(c) Os Títulos de Renda Fixa referem-se a Cotas de Fundos, remunerados a uma taxa média de 108,40% do CDI.

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Títulos de Renda Fixa”, foram, respectivamente:

DESCRIÇÃO	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Títulos de Renda Fixa	1.100.554,86	2.025.041,81	3.031.325,51
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	1.273.835,88	2.444.102,28	2.528.131,83
TOTAL	2.374.390,74	4.469.144,09	5.559.457,34



NOTAS EXPLICATIVAS

7. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	67.003.379,83	167.614.600,99	234.617.980,82	55.307.393,61	150.323.571,72	205.630.965,33
Financiamentos	230.329,74	313.270,00	543.599,74	281.730,57	499.416,66	781.147,23
Financiamentos Rurais	2.803.321,54	49.189,74	2.852.511,28	8.176,52	11.812,50	19.989,02
Total de Operações de Crédito	70.037.031,11	167.977.060,73	238.014.091,84	55.597.300,70	150.834.800,88	206.432.101,58
(-) Provisões para Operações de Crédito	-5.217.722,79	-5.576.585,89	-10.794.308,68	-4.998.848,84	-5.972.765,60	-10.971.614,44
TOTAL	64.819.308,32	162.400.474,84	227.219.783,16	50.598.451,86	144.862.035,28	195.460.487,14

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2024	Provisões 31/12/2024	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023
AA	-	Normal	31.871.980,00	11.332,60	-	31.883.301,60	-	24.652.174,43	-
A	0,50%	Normal	83.544.375,58	205.528,70	-	83.749.904,28	-418.749,64	67.301.380,04	-336.506,80
B	1%	Normal	57.257.793,25	80.022,22	1.355.819,14	58.673.634,61	-588.736,47	56.821.684,94	-588.216,85
B	1%	Vencidas	1.249.335,24	-	-	1.249.335,24	-12.493,47	889.619,55	-8.896,20
C	3%	Normal	41.139.052,30	102.390,37	1.496.692,14	42.738.134,81	-1.282.144,16	38.403.093,20	-1.152.092,80
C	3%	Vencidas	4.730.370,26	-	-	4.730.370,26	-141.911,23	2.684.371,94	-79.931,16
D	10%	Normal	3.531.917,91	-	-	3.531.917,91	-353.191,91	3.344.991,83	-334.499,18
D	10%	Vencidas	1.201.144,67	-	-	1.201.144,67	-120.114,59	1.805.523,57	-160.552,36
E	30%	Normal	802.636,30	158.286,04	-	958.922,34	-287.676,82	1.103.846,06	-331.093,82
E	30%	Vencidas	722.169,96	-	-	722.169,96	-218.651,11	680.255,80	-204.076,68
F	50%	Normal	709.195,06	7.964,26	-	717.159,32	-358.579,78	992.192,07	-496.096,04
F	50%	Vencidas	1.209.292,77	-	-	1.209.292,77	-804.646,57	930.263,04	-465.133,21
G	70%	Normal	155.139,55	-	-	155.139,55	-108.597,81	193.354,34	-135.348,04
G	70%	Vencidas	636.165,08	-	-	636.165,08	-445.315,68	501.332,25	-350.932,58
H	100%	Normal	706.548,31	39,18	-	706.587,49	-706.587,49	1.951.480,82	-1.951.480,82
H	100%	Vencidas	5.150.875,58	36,37	-	5.150.911,95	-5.150.911,95	4.396.777,90	-4.396.777,90
Total Normal			219.718.627,26	543.563,37	2.852.511,28	223.114.701,91	-4.102.264,08	194.763.957,73	-5.305.314,35
Total Vencidos			14.899.353,56	36,37	-	14.899.389,93	-6.692.044,60	11.668.143,85	-5.666.300,09
Total Geral			234.617.980,82	543.599,74	2.852.511,28	238.014.091,84	-10.794.308,68	206.432.101,58	-10.971.614,44
Provisões			-10.680.206,65	-55.643,06	-58.458,97	-10.794.308,68	-10.971.614,44	-10.971.614,44	-10.971.614,44
Total Líquido			223.937.774,17	487.956,68	2.794.052,31	227.219.783,16		195.460.487,14	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e Títulos Descontados	5.448.635,22	61.554.744,61	167.614.600,99	234.617.980,82	205.630.965,33
Financiamentos	63.942,12	166.387,62	313.270,00	543.599,74	781.147,23
Financiamentos Rurais	2.149,65	2.801.171,89	49.189,74	2.852.511,28	19.989,02
TOTAL	5.514.726,99	64.522.304,12	167.977.060,73	238.014.091,84	206.432.101,58



NOTAS EXPLICATIVAS

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	% da Carteira	31/12/2024	31/12/2023
Setor Privado - Comércio	3.221.526,34	-	-	1,35%	3.221.526,34	823.850,33
Setor Privado - Indústria	141.388,58	-	-	0,06%	141.388,58	142.997,51
Setor Privado - Serviços	76.484.193,80	254.558,91	-	32,24%	76.738.752,71	19.598.297,78
Pessoa Física	154.675.874,29	289.040,83	2.852.511,28	66,31%	157.817.426,40	188.088.955,98
Outros	95.019,81	-	-	0,04%	95.019,81	-
TOTAL	234.617.980,82	543.599,74	2.852.511,28	100,00%	238.014.091,84	206.432.101,58

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	-10.971.614,44	-13.879.525,94
Constituições/ Reversões no período	-8.458.133,88	-8.620.314,28
Transferência para prejuízo no período	6.635.439,64	9.528.225,78
Saldo Final	-10.794.308,68	-10.971.614,44

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2024	% Carteira Total	31/12/2023	% Carteira Total
Maior Devedor	8.849.241,38	3,71%	6.286.480,31	3,02%
10 Maiores Devedores	54.163.324,83	22,69%	16.400.231,77	7,91%
50 Maiores Devedores	91.279.399,42	38,23%	24.234.872,45	11,68%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	98.643.229,66	100.091.576,43
Valor das operações transferidas no período	7.733.357,22	11.109.105,76
Valor das operações recuperadas no período	-4.108.090,52	-5.735.970,02
Valor das operações renegociadas no período	-880.133,35	-4.561.251,14
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	-4.884.249,98	-2.260.231,37
Saldo Final	96.706.113,05	98.643.229,66

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

h) Operações renegociadas:

Em conformidade com a Resolução no 2.682/99 (CMN), artigo 11, III, abaixo os montantes de operações renegociadas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Operações renegociadas	18.558.370,27	14.111.388,22

8. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Créditos por Avals e Fianças Honrados (a)	880.427,29	-	880.427,29	1.117.531,06	-	1.117.531,06
Rendas a Receber (b)	372.677,37	-	372.677,37	332.541,37	-	332.541,37
Títulos e Créditos a Receber (c)	575.877,29	-	575.877,29	724.093,37	-	724.093,37
Devedores por Depósitos em Garantia (d)	-	489.367,69	489.367,69	410.685,17	-	410.685,17
TOTAL	1.828.981,95	489.367,69	2.318.349,64	2.584.850,97	-	2.584.850,97



NOTAS EXPLICATIVAS

(a) O saldo de Avais e Fianças Honradas é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas de Convênios	3.561,31	-	3.561,31	-	-	-
Rendas de Cartões	337.378,92	-	337.378,92	332.541,37	-	332.541,37
Rendas de Domicílio Bancário	26.984,31	-	26.984,31	-	-	-
Rendas de Poupança	304,02	-	304,02	-	-	-
Rendas de Transações Interfinanceiras	4.413,93	-	4.413,93	-	-	-
Outras Rendas a Receber	54,88	-	54,88	-	-	-
TOTAL	372.677,37	-	372.677,37	332.541,37	-	332.541,37

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Valores a receber – Tarifas	-	-	-	724.093,37	-	724.093,37
Valores a receber - Aluguel SIPAG 2.0	4.769,25	-	4.769,25	-	-	-
Valores a receber – operações de crédito liquidada	571.108,04	-	571.108,04	-	-	-
TOTAL	575.877,29	-	575.877,29	724.093,37	-	724.093,37

(d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Interposição de Recursos Fiscais	-	147.086,76	147.086,76	-	-	-
Interposição de Recursos Trabalhistas	-	342.300,93	342.300,93	410.685,17	-	410.685,17
TOTAL	-	489.367,69	489.367,69	410.685,17	-	410.685,17

8.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões para Avais e Fianças Honradas	-694.006,66	-	-694.006,66	-884.895,87	-	-884.895,87
TOTAL	-694.006,66	-	-694.006,66	-884.895,87	-	-884.895,87

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honradas		Total em 31/12/2024	Provisões 31/12/2024	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023
E	30%	Normal	-	-	-	-	1.063,28	-318,98
E	30%	Vencidas	205.086,84	205.086,84	205.086,84	-81.526,07	189.182,28	-58.754,88
F	50%	Vencidas	53.201,28	53.201,28	53.201,28	-26.600,66	175.434,03	-87.717,16
G	70%	Vencidas	54.197,54	54.197,54	54.197,54	-37.938,30	39.154,74	-27.408,32
H	100%	Vencidas	567.941,83	567.941,83	567.941,83	-567.941,83	712.696,73	-712.696,73
Total Normal			-	-	-	-	1.063,28	-318,98
Total Vencidos			880.427,29	880.427,29	880.427,29	-694.006,66	1.116.467,78	-884.576,89
Total Geral			880.427,29	880.427,29	880.427,29	-694.006,66	1.117.531,06	-884.895,87
Provisões			-694.006,66	-694.006,66	-694.006,66	-694.006,66	-884.895,87	-884.895,87
Total Líquido			186.420,63	186.420,63	186.420,63	-	232.635,19	-



NOTAS EXPLICATIVAS

9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
IRPJ não compensado no próprio exercício	-	-	-	40.582,01	-	40.582,01
CSLL não compensado no próprio exercício	-	-	-	53.636,69	-	53.636,69
IRRF sobre comissões - intermediação financeira - a compe	23.688,92	-	23.688,92	22.332,55	-	22.332,55
Contribuição Social - antecipações - a compensar	1.033.323,13	-	1.033.323,13	-	-	-
IRPJ - antecipações - a compensar	1.706.238,34	-	1.706.238,34	-	-	-
ISS - imposto s/serviços - a compensar	3.836,33	-	3.836,33	3.836,33	-	3.836,33
COFINS - a compensar	-	-	-	1.370,21	-	1.370,21
PIS - a compensar	-	-	-	194,96	-	194,96
IR retidos - a compensar	1.160,22	-	1.160,22	1.288,33	-	1.288,33
IOF - a compensar	-	-	-	2,07	-	2,07
Valores a restituir - PERDCOMP	8.286,32	-	8.286,32	483,15	-	483,15
TOTAL	2.776.533,26	-	2.776.533,26	123.726,30	-	123.726,30

10. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	316.103,69	-	316.103,69	277.183,29	-	277.183,29
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	267.367,30	-	267.367,30	57.901,56	-	57.901,56
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	122.995,49	-	122.995,49	-	-	-
Devedores Diversos – País (a)	347.318,23	-	347.318,23	614.020,33	-	614.020,33
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Próprios (b)	1.454.563,78	-	1.454.563,78	-	-	-
Despesas Antecipadas (c)	245.947,76	-	245.947,76	325.384,19	-	325.384,19
TOTAL	2.754.296,25	-	2.754.296,25	1.274.489,37	-	1.274.489,37

(a) Em Devedores Diversos estão registrados:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar	69.862,38	-	69.862,38	612.671,00	-	612.671,00
Plano de Saúde a Receber	17.027,83	-	17.027,83	-	-	-
Pendências a Regularizar - Banco Sicoob	171.290,48	-	171.290,48	1.349,33	-	1.349,33
Pendências Avais	50.192,10	-	50.192,10	-	-	-
Outros Devedores Diversos	38.945,44	-	38.945,44	-	-	-
TOTAL	347.318,23	-	347.318,23	614.020,33	-	614.020,33

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, processamento de dados, entre outras.



NOTAS EXPLICATIVAS

11. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os montantes do imobilizado de uso estão assim compostos:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2024	31/12/2023
Imobilizado em Curso (a)		566.632,57	1.012.761,60
Terrenos		-	1.510.991,95
Edificações	4%	-	5.804.735,87
Instalações	10%	163.835,95	2.972.732,14
Móveis e equipamentos de Uso	10%	2.066.361,68	2.090.442,36
Sistema de Processamento de Dados	20%	2.600.766,84	2.077.420,09
Sistema de Segurança e Comunicação	10%	278.798,67	188.254,87
Sistema de Transporte	20%	241.238,25	241.238,25
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		1.383.261,24	-
Total de Imobilizado de Uso		7.300.895,20	15.898.577,13
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		-	-4.022.130,26
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		-132.189,91	-1.391.664,26
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		-3.891.641,35	-3.564.042,84
(-) Depreciação Acum. Veículos		-241.238,25	-241.238,25
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		-466.430,84	-
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		-4.721.500,35	-9.219.075,61
TOTAL		2.579.394,85	6.679.501,52

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

Em 2024, a cooperativa efetuou a venda de ativos de uso, consistentes em um imóvel localizado no Estado de São Paulo, na Rua Iguaçu, nº 62, 70, 72 e 78, bairro Luz, CEP 01120-010, São Paulo, SP. Os imóveis estão regularmente matriculados sob os nº 44.118, 50.663 e 50.662, no 5º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo. A transação foi realizada com a empresa FORTEZZE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, no valor de R\$ 3.500.000,00.

12. Intangível

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os montantes do intangível estão assim compostos:

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2024	31/12/2023
Direitos Relativos A Carteiras De Clientes		79.670,00	79.670,00
Sistemas De Processamento De Dados	20%	3.473.636,85	3.482.340,00
Sistemas De Comunicação E De Segurança	20%	62.908,09	94.645,89
Outros Ativos Intangíveis		6.684,88	6.684,88
Intangível		3.622.899,82	3.663.340,77
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis		-1.596.524,67	-961.168,19
Total de Amortização de ativos Intangíveis		-1.596.524,67	-961.168,19
TOTAL		2.026.375,15	2.702.172,58

13. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os depósitos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósito à Vista (a)	11.881.851,14	-	11.881.851,14	10.945.048,66	-	10.945.048,66
Depósito a Prazo (b)	116.493.204,00	8.995.672,76	125.488.876,76	112.279.619,54	7.898.259,73	120.177.879,27
TOTAL	128.355.055,14	8.995.672,76	137.350.727,90	123.224.668,20	7.898.259,73	131.122.927,93

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.



NOTAS EXPLICATIVAS

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em "Dispendios de captação no mercado".

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2024	% Carteira Total	31/12/2023	% Carteira Total
Maior Depositante	7.546.180,36	5,20%	5.329.713,27	4,28%
10 Maiores Depositantes	38.225.538,15	26,33%	35.818.486,80	28,78%
50 Maiores Depositantes	77.491.679,00	53,38%	66.231.777,87	53,23%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Depósitos a Prazo	-7.448.944,60	-14.832.252,78	-15.774.439,64
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	-813.657,77	-896.516,21	-18.838,17
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	-115.579,40	-220.887,65	-181.391,19
TOTAL	-8.178.181,77	-15.949.656,64	-15.974.669,00

14. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004). Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, está assim composta:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	3.710.644,45	9.922.569,36	13.633.213,81	605.461,02	622.337,15	1.227.798,17
TOTAL	3.710.644,45	9.922.569,36	13.633.213,81	605.461,02	622.337,15	1.227.798,17

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 13.d – Depósitos – Despesas com operações de captação de mercado.

15. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades inclusive Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, estão assim compostos:



NOTAS EXPLICATIVAS

a) Repasses Interfinanceiros:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos do Banco Sicoob	2.792.800,88	45.252,24	2.838.052,92	-	-	-
TOTAL	2.792.800,88	45.252,24	2.838.052,92	-	-	-

As taxas de juros praticadas nas operações interfinanceiras com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 10% ao ano, com vencimento até 15/06/2026.

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Cooperativa Central	3.336.570,22	-	3.336.570,22	3.336.570,22	-	3.336.570,22
Banco Sicoob	-	45.447.587,53	45.447.587,53	-	66.787.551,09	66.787.551,09
TOTAL	3.336.570,22	45.447.587,53	48.784.157,75	3.336.570,22	66.787.551,09	70.124.121,31

As operações com Recursos da Central correspondem a uma taxa média de 100% do CDI, com vencimento até 16/06/2025. As taxas de juros praticadas nas operações de empréstimo com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 0,14% + CDI ao mês, com vencimento até 24/01/2028.

c) Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	-3.070.104,42	-6.244.580,10	-8.806.929,29
Cooperativa Central	-175.384,99	-345.861,94	-422.528,80
TOTAL	-3.245.469,41	-6.590.422,04	-9.229.458,09

16. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	36.609,29	-	36.609,29	-	-	-
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	196.374,18	-	196.374,18	269.454,74	-	269.454,74
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	35.140,61	-	35.140,61	25.483,02	-	25.483,02
TOTAL	268.124,08	-	268.124,08	294.937,76	-	294.937,76

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros estão registrados:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Cobrança de Terceiros em Trânsito	36.609,29	-	36.609,29	-	-	-
TOTAL	36.609,29	-	36.609,29	-	-	-

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados estão registrados:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Operações de Crédito - IOF	33.550,20	-	33.550,20	25.259,02	-	25.259,02
Operações com Títulos e Valores Mobiliários - IOF a Recolher	1.590,41	-	1.590,41	224,00	-	224,00
TOTAL	35.140,61	-	35.140,61	25.483,02	-	25.483,02



NOTAS EXPLICATIVAS

17. Provisões

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos de provisões estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	332.457,87	10.807,88	343.065,53	307.970,53	32.597,79	340.568,32
Provisão Para Contingências (b)	-	857.729,06	857.729,06	85.310,18	-	85.310,18
TOTAL	332.457,87	668.336,72	1.000.794,59	393.280,71	32.597,79	425.878,50

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme determina a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Coobrigações Prestadas	12.709.631,66	14.995.118,25
TOTAL	12.709.631,66	14.995.118,25

(b) Provisão para Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às Demandas Judiciais:

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Trabalhistas	535.394,87	342.300,93	6.767,64	410.685,17
Outras Contingências	122.334,19	147.066,76	78.542,54	-
TOTAL	657.729,06	489.367,69	85.310,18	410.685,17

b.1) Movimentação das Provisões para Demandas Judiciais:

Descrição	Cível	Trabalhista	Total
Saldo em 01 janeiro de 2023	737.597,39	-	737.597,39
Constituição da provisão	151.238,09	6.767,64	158.005,73
Utilização durante o exercício	-810.292,94	-	-810.292,94
Saldo em 31 de dezembro de 2023	78.542,54	6.767,64	85.310,18
Saldo em 01 janeiro de 2024	78.542,54	6.767,64	85.310,18
Constituição da provisão	268.052,05	540.411,69	808.463,74
Utilização durante o exercício	-224.260,40	-11.784,48	-236.044,88
Saldo em 31 dezembro de 2024	122.334,19	535.394,87	657.729,06

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB COOPMIL, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 5.531.878,04 (em 2023 totalizando R\$ 2.161.283,13). Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.



NOTAS EXPLICATIVAS

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

18. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	3.589.720,01	-	3.589.720,01	11.964,14	-	11.964,14
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	55.515,37	-	55.515,37	67.430,26	-	67.430,26
Impostos e Contribuições sobre Salários	288.808,91	-	288.808,91	385.626,06	-	385.626,06
Outros (a)	49.146,32	-	49.146,32	31.278,02	-	31.278,02
TOTAL	3.983.190,61	-	3.983.190,61	496.298,48	-	496.298,48

(a) A seguir, a composição dos saldos de outras obrigações fiscais, correntes e diferidas:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
IRRF sobre aplicações financeiras	13.866,16	-	13.866,16	24.692,65	-	24.692,65
ISSQN a recolher	27.597,03	-	27.597,03	-	-	-
PIS faturamento a recolher	1.074,06	-	1.074,06	920,57	-	920,57
COFINS a recolher	6.609,07	-	6.609,07	5.664,80	-	5.664,80
TOTAL	49.146,32	-	49.146,32	31.278,02	-	31.278,02

19. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos de outros passivos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Sociais e Estatutárias (a)	9.695.022,94	-	9.695.022,94	6.682.401,85	-	6.682.401,85
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	29,81	-	29,81	29,81	-	29,81
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (b)	1.845.814,61	-	1.845.814,61	1.647.343,62	-	1.647.343,62
Credores Diversos – País (c)	1.388.467,63	-	1.388.467,63	455.451,68	-	455.451,68
TOTAL	12.929.334,99	-	12.929.334,99	8.785.226,96	-	8.785.226,96

(a) A seguir, a composição dos saldos de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Sobras Líquidas a Distribuir	188.260,96	-	188.260,96	188.260,96	-	188.260,96
Cotas de Capital a Pagar (a.1)	9.506.761,98	-	9.506.761,98	6.494.140,89	-	6.494.140,89
TOTAL	9.695.022,94	-	9.695.022,94	6.682.401,85	-	6.682.401,85

(a.1) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;



NOTAS EXPLICATIVAS

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registrados:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Despesas de Pessoal	1.107.526,24	-	1.107.526,24	1.301.161,44	-	1.301.161,44
Custos de Transações Interfinanceiras	12.483,98	-	12.483,98	-	-	-
Seguro Prestamista	199.246,20	-	199.246,20	42.872,80	-	42.872,80
Despesas com Cartões	91.246,98	-	91.246,98	98.766,57	-	98.766,57
Valores a Pagar - Domicílio Bancário	34.371,70	-	34.371,70	-	-	-
Segurança e Vigilância	66.082,26	-	66.082,26	36.708,34	-	36.708,34
Manutenção e Conservação de Bens	78.859,70	-	78.859,70	78.191,92	-	78.191,92
Transporte	753,00	-	753,00	3.308,51	-	3.308,51
Seguro	141,48	-	141,48	-	-	-
Compensação	5.055,81	-	5.055,81	-	-	-
Aluguéis	42.850,56	-	42.850,56	5.127,93	-	5.127,93
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	207.196,72	-	207.196,72	83.206,31	-	83.206,31
TOTAL	1.845.814,61	-	1.845.814,61	1.647.343,62	-	1.647.343,62

(d) Os saldos em Credores Diversos – País referem-se:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar Banco Sicoob	68.016,01	-	68.016,01	73.742,37	-	73.742,37
Valores a Repassar à Cooperativa Central	22.642,63	-	22.642,63	2.500,00	-	2.500,00
Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação	225,35	-	225,35	-	-	-
Credores Diversos-Liquidação Cobrança	8.867,35	-	8.867,35	-	-	-
Valor a Pagar de Honras pelos Fundos Garantidores	22.540,48	-	22.540,48	770,06	-	770,06
Pendências a Regularizar	280.014,47	-	280.014,47	126.157,11	-	126.157,11
Valores a Liquidar Consignado	328.765,63	-	328.765,63	-	-	-
Valores a Liquidar – Operações de Crédito Recebidas	42.620,87	-	42.620,87	-	-	-
Faturas de cartão de crédito a Pagar	16.574,07	-	16.574,07	-	-	-
Sinistro Seguros a Repassar	37.325,32	-	37.325,32	-	-	-
Compromisso pela Integralização de Capital	27.232,88	-	27.232,88	-	-	-
Pagamentos a Processar	438.721,11	-	438.721,11	207.199,54	-	207.199,54
Pendências Banco do Brasil	53.957,25	-	53.957,25	29.321,30	-	29.321,30
Pendências - Avals e Fianças Honrados	42.964,21	-	42.964,21	8.242,02	-	8.242,02
Plano de Saúde de Terceiros A Pagar	-	-	-	5.090,38	-	5.090,38
Devolução Saldo Credor - Cartões	-	-	-	2.428,90	-	2.428,90
TOTAL	1.388.467,63	-	1.388.467,63	455.451,68	-	455.451,68

20. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas–partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas–partes.

No período de 31 de dezembro de 2024, a Cooperativa aumentou seu capital social em R\$ 248.442,21, por meio de recursos provenientes das Cotas Partes do Sicoob. Entretanto, houve redução no capital social no valor de R\$ 2.343.829,93.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Capital Social	87.584.674,54	89.928.504,47
Quantidade de Cooperados	28.364	30.202



NOTAS EXPLICATIVAS

b) Fundo de Reserva Legal

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

No período de 31 de dezembro de 2024 os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão foram revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, conforme Lei Complementar nº 196/2022, totalizando R\$ 187.587,81. Essa movimentação está evidenciada na DMPL na linha de "Outros Eventos/Reservas".

c) Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 2024 em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das perdas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da seguinte forma:

- Utilização da Reserva Legal para absorção das perdas, no valor de R\$ 8.046.811,70.

d) Destinações Estatutárias e Legais

A seguir, apresentamos as destinações estatutárias e legais, bem como as sobras ou perdas à disposição da Assembleia Geral:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Sobras/Perdas do exercício	630.385,04	-10.545.975,36
(-) Lucro decorrente de atos não-cooperativos destinado ao FATES	-	-
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	-	-
Base de cálculo das destinações	630.385,04	-10.545.975,36
(-) Destinação para o Fundo de Reserva	-	-
(-) Destinação para o FATES - atos cooperativos	-	-
Sobras/Perdas à disposição da Assembleia Geral	630.385,04	-10.545.975,36
Sobras ou Perdas De Exercícios Anteriores	-2.480.698,32	-
Sobras ou Perdas Acumuladas	-1.850.313,28	-10.545.975,36

As destinações legais e estatutárias previstas para o período não foram efetuadas, tendo em vista que o resultado positivo apresentado no exercício decorreu exclusivamente de operações não recorrentes, especificamente da alienação de imóveis de propriedade da cooperativa.

Nesse contexto, a sobra gerada no exercício de 2024, correspondente ao montante de R\$ 630.385,04, permanece à disposição da Assembleia Geral, que terá competência para deliberar acerca de sua destinação, levando em consideração os critérios normativos aplicáveis e as diretrizes estratégicas definidas para o atendimento das necessidades da cooperativa.

21. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.



NOTAS EXPLICATIVAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Receita de prestação de serviços	1.894.146,89	1.404.284,71
Despesas específicas de atos não cooperativos	-843.130,00	-897.480,73
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	-955.216,09	-737.261,54
Resultado operacional	95.800,80	-230.457,56
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	8.892.979,00	481.561,03
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	8.988.779,80	251.103,47
IRPJ/CSLL proporcionais	-3.589.740,01	-715.383,18
Deduções - Receitas com associados (a)	-1.105.956,65	-707.015,79
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	4.293.083,14	-1.171.295,50

(a) Saldo composto por rendas de comissionamento auferidas na comercialização pela cooperativa de produtos de terceiros aos seus associados (consórcios, seguros e maquininhas de cartões - SIPAG). Tais rendas compõe a base de tributação, por questões específicas à legislação tributária, contudo, por se originarem do relacionamento com os associados da cooperativa, não são destinadas ao FATES de Resultados com Não Associados.

22. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	81.731,59	112.513,26	54.535,64
Rendas De Empréstimos	21.809.082,54	41.177.737,19	38.670.972,22
Rendas De Direitos Creditórios Descontados	779.420,86	980.847,79	36.540,12
Rendas De Financiamentos	67.203,65	146.537,60	118.637,10
Rendas De Financiamentos Rurais - Recursos Livres	37.929,73	38.506,48	1.558,36
Rendas De Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	21.260,26	21.260,26	-
Rendas De Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	44.090,79	44.090,79	-
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	3.322.796,73	5.161.767,16	10.447.013,36
TOTAL	26.163.516,15	47.683.260,53	49.329.256,80

23. Dispendios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas De Captação	-8.178.181,77	-15.949.656,64	-15.974.669,00
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	-3.245.469,41	-6.590.422,04	-9.229.458,09
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-4.959.216,29	-7.365.162,25	-7.953.469,76
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	2.359.713,92	4.788.600,46	5.541.923,05
Reversões de Provisões para Outros Créditos	131.954,29	229.759,14	154.443,01
Provisões para Operações de Crédito	-6.906.220,92	-11.246.334,34	-12.162.237,33
Provisões para Outros Créditos	-544.663,58	-1.137.187,51	-1.487.598,49
TOTAL	-16.382.867,47	-29.905.240,93	-33.157.596,85

24. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Cobrança	131.802,02	232.066,75	50.732,57
Rendas por Serviços de Pagamento	669.785,15	1.232.423,17	862.006,74
Rendas de Convênios	101.357,63	171.381,55	110.800,34
Rendas de Comissão	807.379,52	1.449.303,79	1.168.619,11
Rendas de Cartões	193.453,34	395.386,03	340.229,52
Rendas de Outros Serviços	64.706,19	121.669,45	57.098,54
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	30.599,29	30.599,29	-
TOTAL	1.998.883,14	3.632.830,03	2.589.484,82



NOTAS EXPLICATIVAS

25. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	810.159,88	2.108.101,06	2.524.549,56
Rendas de Serviços Prioritários - PF	52.885,17	137.974,99	174.977,50
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	89,00	554,49	203,63
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	289.328,37	610.753,96	284.993,72
TOTAL	1.152.262,42	2.857.384,50	2.964.724,41

26. Dispendios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	-	-1.475,16	-113.604,33
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	-800.058,60	-1.548.269,30	-1.740.806,21
Despesas de Pessoal - Benefícios	-1.734.093,22	-3.581.215,02	-4.474.367,56
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	-1.202.202,76	-2.554.839,65	-3.330.638,88
Despesas de Pessoal - Proventos	-3.348.584,32	-8.847.633,94	-9.222.064,36
Despesas de Pessoal - Treinamento	-2.149,90	-4.065,10	-4.299,60
Despesas de Remuneração de Estagiários	-1.079,72	-2.939,44	-2.080,00
TOTAL	-7.088.168,52	-14.540.437,61	-18.887.860,94

27. Outros Dispendios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Água, Energia e Gás	-99.489,11	-231.822,22	-262.077,51
Despesas de Aluguéis	-980.381,69	-1.582.111,53	-1.319.503,20
Despesas de Arrendamento de Bens	-258.788,61	-539.474,76	-802.213,17
Despesas de Comunicações	-466.084,35	-1.081.572,08	-1.617.566,51
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	-548.366,04	-1.206.412,01	-1.265.305,86
Despesas de Material	-101.059,10	-183.356,61	-192.705,17
Despesas de Processamento de Dados	-2.494.751,71	-5.437.194,23	-4.886.313,55
Despesas de Promoções e Relações Públicas	-59.343,40	-102.809,95	-46.738,59
Despesas de Propaganda e Publicidade	-42.623,12	-48.563,35	-18.381,64
Despesas de Publicações	-2.500,00	-3.350,00	-7.305,00
Despesas de Seguros	-55.991,54	-112.972,52	-115.623,52
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	-711.801,04	-1.447.914,45	-1.708.419,78
Despesas de Serviços de Terceiros	-1.109.011,06	-2.117.302,51	-1.996.366,00
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	-351.064,25	-638.883,78	-544.219,41
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	-1.546.324,86	-3.440.647,06	-2.240.469,93
Despesas de Transporte	-94.970,93	-225.032,40	-251.045,41
Despesas de Viagem no País	-57.739,03	-118.383,84	-172.951,15
Despesas de Depreciação/Amortização	-576.063,41	-1.247.819,64	-963.462,82
Outras Despesas Administrativas (a)	-1.156.555,20	-2.225.478,44	-2.158.879,12
TOTAL	-10.712.906,45	-21.991.101,38	-20.369.547,34



NOTAS EXPLICATIVAS

a) Os saldos das Outras Despesas Administrativas estão compostos:

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Livros, jornais e revistas	-840,80	-4.078,84	-4.408,80
Condomínio	-46.158,49	-92.395,62	-93.118,78
Contribuição sindical patronal	-937,50	-937,50	-7.320,00
Emolumentos judiciais e cartórios	-366.773,80	-693.951,49	-549.829,17
Copa/cozinha	-22.291,36	-50.300,53	-74.055,85
Lanches e refeições	-49.369,79	-105.436,07	-101.494,70
Uniformes e vestuários	-	-	-32,60
Impostos e taxas	-135,78	-135,78	-
Marcas e patentes	-6.353,00	-10.483,00	-2.655,00
Multas e juros diversos	-	-	-4.053,00
Sistema cooperativista	-5.625,00	-20.000,00	-32.500,00
Mensalidades diversas	-2.812,50	-2.992,50	-180,00
Rateio de despesas da Central	-429.757,88	-891.751,96	-1.045.177,84
Microfilmagem de documentos	-428,44	-428,44	-
Rateio de despesa do Sicoob Conf.	-185.111,67	-312.427,32	-244.053,38
Desp. Centro de serv. Compart. - CCS	-26.307,22	-26.307,22	-
Outras despesas administrativas	-13.852,17	-13.852,17	-
TOTAL	-1.156.555,20	-2.225.478,44	-2.158.879,12

28. Dispendios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas Tributárias	-127.401,13	-215.782,01	-215.287,07
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	-43.488,69	-83.682,16	-54.733,19
Despesas de Contribuição ao COFINS	-42.855,52	-75.765,88	-56.171,40
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	-37.892,51	-74.840,38	-90.850,85
TOTAL	-251.637,85	-450.070,43	-417.042,51

29. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Recuperação de Encargos e Despesas	860.580,74	1.037.419,97	276.310,76
Dividendos	-	41.513,90	6.196,49
Distribuição de sobras da central	-	-	102.803,71
Atualização depósitos judiciais	17.256,04	31.225,48	36.770,31
Outras rendas operacionais	1.288.713,24	2.369.422,40	2.431.533,88
Rendas oriundas de cartões de crédito e aquisição	1.187.162,80	2.327.465,34	2.381.679,86
Juros ao Capital Recebidos da Central	2.243.467,93	2.243.467,93	3.016.355,67
TOTAL	5.597.180,75	8.050.515,02	8.251.650,68

30. Outros Dispendios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	-10.922,84	-82.648,37	-1.889.497,10
Outras Despesas Operacionais	-689.242,39	-760.314,01	-395.470,73
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento	-763.191,29	-1.446.843,07	-912.924,05
Desconto/Cancelamento de Tarifas	-581.964,06	-1.280.962,42	-1.397.110,01
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	-1.871,84	-3.526,02	-5.647,22
Perdas - Fraudes Externas	-12.626,49	-90.445,63	-
Perdas - Demandas Trabalhistas	-3.424,69	-3.424,69	-
Perdas - Práticas Inadequadas	-1.616,71	-76.210,20	-471.679,36
Dispendios de Assistência Técnica, Educacional e Social	-171.488,86	-375.630,48	-398.815,80
TOTAL	-2.236.349,17	-4.120.004,89	-5.451.144,27



NOTAS EXPLICATIVAS

31. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Provisões/Reversões para Contingências	-650.780,77	-650.780,77	-948.143,88
Provisões para Custas Judiciais - Cíveis/Trabalhistas	-	-	-948.143,88
Provisões para Demandas Trabalhistas	-502.194,81	-502.194,81	-
Provisões para Contingências	-91.650,40	-91.650,40	-
Provisões para Demandas Trabalhistas - Sucumbências	-32.883,56	-32.883,56	-
Provisões para Contingências - Sucumbências	-24.052,00	-24.052,00	-
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	17.231,01	-2.497,21	147.230,58
Provisões para Garantias Prestadas	-239.825,89	-492.649,83	-561.831,20
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	257.056,90	490.152,62	709.061,78
TOTAL	-633.549,76	-653.277,98	-800.913,30

32. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Lucros em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda (a)	-	6.665.765,84	-
Lucro em Transações com Outros Valores De Bens (b)	2.001.679,30	2.001.679,30	-
Ganhos de Capital	215.315,50	479.307,76	612.091,68
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	-1.213,33	-4.838,28	-130.530,65
(-) Perdas de Capital	-251.600,62	-251.600,62	-
Provisões/Reversões Não Operacionais	2.665,00	2.665,00	-
Reversão de Provisões P/ Perdas em Investimentos	2.665,00	2.665,00	-
TOTAL	1.966.845,85	8.892.979,00	481.561,03

(a) Em Lucros Alienados – Ativo Não Financeiro, Mantido Venda, estão registrados os lucros provenientes da venda do terreno e das edificações localizados na Rua Iguaçu, nº 62, 70, 72 e 78, bairro Luz, CEP 01120-010, São Paulo, SP, devidamente matriculados sob os nº 44.118, 50.663 e 50.662 no 5º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo.

(b) Em Lucro em Transações com Outros Valores de Bens, está registrado o lucro obtido com a venda do galpão CSC, edifício e terreno, referente à venda do imóvel localizado na Rua Iguaçu, nº 62, 70, 72, 78 e 80, todos no 5º Subdistrito – Santa Efigênia. Conforme movimentação no imobilizado – nota Nº 11.

33. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

34. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 07/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.



NOTAS EXPLICATIVAS

34.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

O pessoal-chave de administração inclui os conselheiros e diretores, anualmente são deliberados os montantes de remuneração, benefícios e plano de previdência complementar na Assembleia Geral Ordinária, em cumprimento à Lei 5.764/1971 art.44.

Natureza da Operação	31/12/2024	31/12/2023
Operações Ativas		
Operação de crédito	-	9,08
PCLD - Provisão de crédito	-	0,04
Operações Passivas		
Depósitos	1.547.536,33	2.488.149,98
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	299.463,08	102.500,34
Taxa Média Depósitos (% do CDI a.m.)	101,57%	108,50%
Taxa Média – LCA (a.m.)	0,87%	0,81%
Prazo Médio Depósitos (meses)	134,35	117,66
Prazo Médio – LCA (meses)	15,09	6,03
Capital social	8.537,01	184.342,16
Remuneração	31/12/2024	31/12/2023
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	-1.524.441,09	-1.740.806,21
Encargos sociais	-15.463,18	-290.810,32
Benefícios	-23.828,21	-

34.2 Cooperativa Central

O SICOOB COOPMIL, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiado à SICOOB CENTRAL CECRESP, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECRESP, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL CECRESP a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.



NOTAS EXPLICATIVAS

O SICOOB COOPMIL responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECRESP perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CECRESP:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Operações Ativas		
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira – Nota 4. b	6.635.201,91	8.577.599,76
Ativo - Participações de Cooperativas – Nota 6. a	19.567.465,79	28.043.298,66
Ativo – Título de Renda Fixa (TVM) – Nota 6. b	13.511.608,64	19.898.250,19
Total de Operações Ativas	39.714.274,34	56.519.148,61
Operações Passivas		
Passivo - Obrigações por Empréstimos e Repasses – Nota 15. b	3.336.570,22	3.336.570,22
Total de Operações Passivas	3.336.570,22	3.336.570,22
Receitas	31/12/2024	31/12/2023
Despesas		
Rateio de Despesas da Central – Nota 27. a	-891.751,96	-1.045.177,84
Total das Despesas	-891.751,96	-1.045.177,84

35. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio de referência (PR)	66.570.962,58	69.172.972,66
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	241.529.591,23	268.360.237,26
Índice de Basileia (mínimo 12%) %	27,56%	22,73%
Imobilizado para cálculo do limite	2.579.394,85	6.679.501,52
Índice de imobilização (limite 50%) %	3,87%	9,66%

36. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, social, ambiental e climático, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, cibernético e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.



NOTAS EXPLICATIVAS

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

36.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

36.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;



NOTAS EXPLICATIVAS

- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

36.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.



NOTAS EXPLICATIVAS

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos testes de estresse.

36.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.



NOTAS EXPLICATIVAS

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos a órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

36.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.



NOTAS EXPLICATIVAS

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

De modo a observar a propensão ao risco das atividades econômicas das contrapartes, foi elaborada a Lista de Setores Sensíveis e a Lista de Exclusão, considerando os impactos causados ao meio ambiente e na sociedade como um todo, acidentes de trabalho, exposições em mídia, fontes de receita, sensibilidade da legislação aplicável no exercício das atividades, práticas de mercado, apetite a risco institucional e risco de imagem.

O limite de concentração da exposição em setores sensíveis é de 15% (quinze por cento), considerando o saldo devedor dos setores, de forma consolidada, sobre a carteira total da cooperativa.

36.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência.

Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições.

36.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;



NOTAS EXPLICATIVAS

- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

36.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e procedimentos padronizados para as entidades do Sicoob.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

37. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

SÃO PAULO-SP

HUDSON TABAJARA CAMILLI
DIRETOR PRESIDENTE

ERNESTO DE JESUS HERRERA
DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

WILLIANE FERNANDA BARROSO
CONTADORA CRC/MG 092.906-O



CONSIDERAÇÕES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DA COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB COOPMIL

O relatório da auditoria independente sobre as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Sicoob Coopmil, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, reflete uma visão sólida da posição patrimonial e financeira da cooperativa, bem como do desempenho de suas operações e fluxos de caixa. O auditor concluiu que as demonstrações financeiras estão adequadamente apresentadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com os requisitos do Banco Central do Brasil (BACEN).

A auditoria foi realizada conforme as normas brasileiras e internacionais, com uma análise minuciosa dos controles internos, políticas contábeis e divulgações feitas pela administração. As análises e evidências de auditoria foram consideradas suficiente e apropriadas, resultando em uma opinião positiva sobre a exatidão das demonstrações financeiras. O auditor confirma que a cooperativa está bem posicionada do ponto de vista contábil e financeiro, refletindo o compromisso da administração com a transparência e a boa governança.

O relatório destaca o compromisso da cooperativa em lidar com as perdas acumuladas, que em 31 de dezembro de 2024 totalizavam R\$1.850.313,28, com uma reserva de sobras de R\$187.587,81. A cooperativa implantou um plano de recuperação em 2023, que está em vigor até abril de 2025, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro e operacional.

A administração se dedica a fortalecer ainda mais os controles internos, assegurando que a cooperativa se mantenha no caminho da estabilidade e crescimento, com total transparência e responsabilidade.

Em resumo, o relatório do auditor sobre as demonstrações financeiras da Sicoob Coopmil para o exercício de 2024 evidencia uma cooperativa que, apesar dos desafios enfrentados, está em processo de recuperação robusto. Com o acompanhamento contínuo e a implementação do plano de recuperação, a cooperativa prepara-se para um futuro estável e próspero, com a perspectiva de um crescimento sustentável e a superação das perdas acumuladas.





RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito Sicoob Coopmil
Sicoob Coopmil - São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Sicoob Coopmil - Sicoob Coopmil, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sicoob Coopmil em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Perdas acumuladas e plano de recuperação

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.2.1, referente às demonstrações financeiras, que descreve assunto relacionado às perdas acumuladas e ao plano de recuperação. Em 31 de dezembro de 2024, a cooperativa apresentou perdas acumuladas de R\$ 1.850.313,28 e possui Reserva de Sobras de R\$ 187.587,81. A nota informa ainda que foi implantado plano de recuperação em 2023, que apresenta vigência até abril de 2025, com o intuito de reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro e operacional da cooperativa. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras da Sicoob Coopmil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 8 de março de 2024 com ênfase referente ao Plano de Recuperação da cooperativa, elaborado com o objetivo de cessar as perdas recorrentes apresentadas nos últimos exercícios e que considerando o estágio de cumprimento do referido plano, a administração da cooperativa entende que não há dúvidas sobre sua continuidade normal das operações.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 24 de março de 2025.



Ronaldo Reimberg Lima
Contador – CRC 1SP215393/O-1

PRINCÍPIOS DO *Cooperativismo:*



1.

Adesão livre e
voluntária



2.

Gestão
democrática



3.

Participação
econômica



4.

Autonomia e
independência



5.

Educação, formação
e informação



6.

Intercooperação



7.

Interesse pela
comunidade





RELATÓRIO ANUAL 2024



@Sicoobcoopmil



(61) 4000-1111
(11) 3292-1000



sicoobcoopmil.com.br